**TERMO DE REFERÊNCIA**

# RESUMO DO OBJETO

O objeto consiste na Contratação Integrada de Empresa Especializada para Elaboração de Projeto Básico, Projeto Executivo e Execução de Obras Civis do Projeto de Esgotamento Sanitário e Melhorias na Drenagem pluvial da Poligonal do Porto do Itaqui em São Luís – MA.

# DETALHAMENTO DO OBJETO

O Detalhamento deste Termo de Referência compreende os serviços descritos abaixo: Fase 1 – Projeto Básico e Executivo; Fase 2 – Preparação; Fase 3 – Execução da obra; e Fase 4 – Testes e Operação.

Considerando o detalhamento do objeto desta contratação dispostos no Anteprojeto anexo, destaca-se as seguintes condições:

**Inovações e Melhorias**

A Contratada poderá inovar na fabricação/Instalação dos equipamentos nos quesitos, desde que aprovada pela FISCALIZAÇÃO:

* Melhoria no processo de Tratamento de Esgoto (Quantidades de elevatórias; Sistema de lançamento de efluentes, comando, controle, automação e proteção elétricos dos equipamentos, etc.)
* Melhoria no sistema de captação/drenagem de Água da Chuva;
* Propostas de captação e aproveitamento do Biogás gerado no processo de tratamento de efluentes.

As melhorias propostas devem ser apresentadas por meio de Nota Técnica com desenhos, memoriais descritivos, de cada uma das alterações. As alterações propostas somente serão implementadas após a aprovação da Fiscalização da EMAP

**Restrições do Projeto**

A Contratada deve, impreterivelmente, obedecer às seguintes restrições de projeto:

* Atendimento dos prédios pelo sistema de esgotamento sanitário;
* Paralisação das Operações Portuárias (EMAP e de Terceiros).

**DESENVOLVIMENTO DOS PROJETO BÁSICO EXECUTIVOS COM UTILIZAÇÃO DE SOFTWARES COMPATÍVEIS COM A PLATFORMA BIM.**

O Anteprojeto de Engenharia com todas as especificações e desenhos para elaboração das propostas fazem parte dos ANEXOS deste Termo de Referência.

É parte integrante deste escopo o projeto do Canteiro de Obras, projetos de arquitetura/arranjo geral, projeto estrutural (infra, meso e super), projeto de pavimentação e todos os projetos complementares: hidráulico, sanitário e sua interligação ao sistema de esgotamento sanitário, geométrico, drenagem e contenção de sólidos, geotécnica (corte, aterro e taludes), terraplanangem, paisagismo, sinalização horizontal (inclusive caminho seguro e rota de fuga), Elétrico com luminotécnico, Lógica e Dados, Climatização, CFTV, SPDA e Aterramento, Estação de Tratamento de Esgoto, Linhas de Vida e Pontos de Ancoragem, Especificação de Equipamentos, Automação, sistema de combate a incêndio inclusive casa de bombas; projetos isométricos, e demais especificações constantes no Anteprojeto de Engenharia.

**DA METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS EM BIM**

Para garantir a qualidade no desenvolvimento dos serviços descrito acima, a CONTRATADA deverá seguir os passos abaixo:

1. Realizar os levantamentos de campo necessários para elaboração dos projetos, tais como: sondagens, topografia, georadar, mensurações, inventários, relatórios fotográficos (inclusive drone) ou qualquer outro tipo de levantamentos necessários à elaboração dos estudos/projetos.
2. Consultar o Arquivo Técnico da EMAP:

* Sobre projetos/estudos que possam auxiliar na elaboração dos serviços;
* Sobre contratações semelhantes já realizadas, com objetivo de se alimentar com relação a possíveis falhas e quando houver quantificá-las.

1. Participar da reunião de Entendimento de Escopo/Intermediária de modo a qualificar as premissas de projeto;
2. Elaborar um plano Gerenciamento de Risco do Projeto e da execução da obra contendo: Identificação dos Riscos numa visão macro; Análise qualitativa: priorizando os riscos identificados; Análise Quantitativa: analisando numericamente o efeito dos riscos e planejar as respostas aos riscos, melhorar as oportunidades e reduzir as ameaças aos objetivos do projeto (SWOT);
3. Elaborar o Projeto e apresentar propostas metodológicas para construção e desenhos técnicos necessários, incluindo maquete eletrônica das propostas a nível de projeto básico e maquete eletrônica do projeto executivo;
4. Elaborar Lista de Desenhos e Documentos (LDD), com descrição dos mesmos e prazos de entrega, tanto no Projeto Básico, quanto no Projeto Executivo. Este item é obrigatório para o avanço de Fase.
5. Submeter a aprovação da Fiscalização e demais setores da EMAP (em reuniões intermediárias) as propostas do Projeto Básico (com apresentação do desenvolvimento das soluções para todas as disciplinas) e realizar melhorias solicitadas pela fiscalização e demais clientes;
6. O Projeto Executivo deve detalhar, com soluções definitivas e atendimento as normas as seguintes disciplinas: Canteiro de Obras, projetos de arquitetura/arranjo geral, projeto estrutural (infra, meso e super), projeto de pavimentação e todos os projetos complementares: hidráulico, sanitário e sua interligação ao sistema de esgotamento sanitário, geométrico, drenagem e contenção de sólidos, geotécnica (corte, aterro, taludes e contenções), terraplanangem, paisagismo, sinalização horizontal e vertical (inclusive caminho seguro e rota de fuga), Elétrico com luminotécnico, Lógica e Dados, Climatização, CFTV, SPDA e Aterramento, Estação de Tratamento de Esgoto, Linhas de Vida e Pontos de Ancoragem, Especificação de Equipamentos, Automação, sistema de combate a incêndio inclusive casa de bombas; projetos isométricos, e demais especificações constantes no Anteprojeto de Engenharia.
7. O Projeto Executivo deve apresentar toda a documentação necessária para a construção devidamente acompanhada de ART/RRT:

* Desenhos Técnicos na plataforma BIM LOD 400 georeferenciados;
* Memorial de Cálculo;
* Caderno de Encargos detalhando a metodologia, plano de ataque da obra e especificação de materiais e equipamentos a serem utilizados;
* Histograma de Equipamentos e de pessoal a ser utilizado na Obra;
* Memorial Descritivo da Obra;
* Folhas de Especificações dos Equipamentos;
* Análise de Risco do Projeto/Obra
* Cronograma físico de Planejamento da Obra em MS-Project;
* Curva S da Obra;
* Planilha de Preços e Custos (com todas as cotações e nota técnica identificando a origem dos preços);
* Cronograma físico-financeiro em Excel (desembolso);

1. Entrega de Data Book conforme a seguir: Relatórios Fotográfico do levantamento de campo; topografias e sondagens de confirmação; Pranchas e documentação técnica do Projeto Básico georeferenciados no SIRGAS 2000; Pranchas e documentação técnica do Projeto Executivo georeferenciados no SIRGAS 2000, Documentação Técnica referente aos Laudos; Os certificados e outros documentos de origem externa deverão ser entregues na forma em que foram recebidos e em caso de estarem em outro idioma os mesmos deverão ser traduzidos para o idioma Português do Brasil; entregar cópias das ARTs e RRTs produzidas. Os relatórios acima mencionados deverão ser estruturados de forma didática e em língua Portuguesa, indicando claramente todos os pontos verificados e resultados alcançados informando, principalmente, as correções efetuadas. Os documentos deverão ser acondicionados em pastas tipo “AZ” de 2 pinos com capa em PVC na cor branca, com indicações de conteúdo na capa e no dorso, em padrão definido previamente. Cada pasta deverá conter uma folha de rosto com índice. Deverá ser elaborado um índice geral e anexado na primeira pasta do DATA BOOK”. Toda documentação composta no “Data Book” em meio físico, após aprovação e assinatura das partes, deve ser digitalizada no formato PDF pesquisável, a fim de transformar em meio Digital (gravação em CD ou DVD). A CONTRATADA deverá entregar toda documentação técnica em dwg e ifc ao fiscal do contrato, através do protocolo da EMAP.

* Todos os documentos/desenhos finais a serem emitidos pela CONTRATADA, deverão, após devidamente aprovados pela EMAP, serem enviados em:
* Arquivo magnético (AutoCad-2010, Revit-2010, Civil 3D, .ifc; office) – em CD com capacidade compatível com o tamanho do(s) arquivo(s);
* Arquivo de plotagem (PLT) – em CD com capacidade compatível com o tamanho do(s) arquivo(s) considerados, tratando-se especificamente do caso de desenhos.

1. A CONTRATADA deverá disponibilizar os Projetos e seus projetistas para participarem das análises críticas/verificações e reuniões intermediárias realizadas junto a um técnico próprio EMAP;
2. A CONTRATADA deve atender fielmente as solicitações registradas em RAP – Relatório de Análise de Projeto sem ônus para a EMAP, desde que não figure mudança de escopo ou em caso de não atendimento que o mesmo seja tecnicamente justificável;
3. Apresentar o projeto em reuniões intermediárias de desenvolvimento, validação ou qualquer outra que se fizer necessária, junto à fiscalização e ao cliente;
4. Fornecer ART ou RRT (Anotação de Responsabilidade Técnica e/ou Registro de Responsabilidade Técnica) abrangendo a elaboração de todos os estudos, documentos e projetos desenvolvidos (por especialidade);
5. Fornecer documento comprobatório de doação de autoria para cada fase de estudo/projeto para a EMAP (Projeto Básico, Projeto Executivo.);
6. Realizar as alterações, se necessárias à execução da Obra, solicitadas pelos respectivos órgãos competentes e/ou técnicos EMAP, mesmo após a entrega do Projeto;
7. Entregar os estudos e projetos a EMAP, mediante documento comprobatório de recebimento;
8. Dar suporte, à EMAP, ao processo de licenciamento ambiental e autorização junto ao Corpo de Bombeiros.

|  |  |
| --- | --- |
| **FASES** | **ITENS** |
| FASE 1 – PROJETOS | * **Projeto Básico.** * **Projeto Executivo.** * **Licença de instalação junto à SEMA/IBAMA.** * **Aprovação junto CBMA** * **Aprovação junto à Marinha do Brasil** |
| FASE 2 – PREPARAÇÃO | * Mobilização/suprimentos; * Instalação de Canteiros de Obras; |
| FASE 3 – EXECUÇÃO DAS OBRAS | * **Construção da drenagem; esgotamento sanitário, instalação de Equipamentos, pavimentação, sinalização etc.**  1. Fundações; 2. Infraestrutura viária; 3. Superestruturas (pré-moldado, concreto moldado in loco, metálicas). 4. Arquitetura predial (alvenarias, divisórias, revestimentos e acabamentos); 5. Instalações hidrossanitárias e ETE; 6. Instalações elétricas e automação (inclusive subestação aéreas) ; 7. Prevenção e combate a incêndio; 8. Fornecimento e instalação de equipamentos; 9. SPDA, CFTV, Aterramento, Linhas de vida e pontos de ancoragem, etc.) 10. Plano de Operação, Plano de Manutenção e Projetos *as built*. |
| FASE 4 – TESTES E OPERAÇÃO. | * **Testes preliminares e entrega operacional:**  1. Testes dos sistemas; 2. Comissionamento 3. Treinamento e; 4. Operação Assistida,. |

Tabela 1 : Fases de Execução.

# JUSTIFICATIVA

Um estudo feito pela SOS Mata Atlântica e divulgado pelo [IBGE](http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-03/pesquisa-com-111-rios-brasileiros-mostra-que-23-estao-improprios-para-o) revelou que **23,3% das águas de 111 rios brasileiros são de qualidade ruim ou péssima**, não sendo adequadas sequer para o consumo humano ou para a irrigação de plantações. Nenhum dos [rios](https://blog.brkambiental.com.br/problemas-causados-pelo-esgoto/) avaliados contava com águas totalmente limpas.

Corroborando com esse cenário, sabe-se que o crescimento das cidades e a falta do direcionamento dos dejetos para a rede de esgoto são os principais responsáveis por esse quadro. Segundo o **Atlas Esgotos: Despoluição de Bacias Hidrográficas**, produzido pela [Agência Nacional das Águas](https://www.ana.gov.br/noticias/atlas-esgotos-revela-mais-de-110-mil-km-de-rios-com-comprometimento-da-qualidade-da-agua-por-carga-organica) (ANA), apenas **42,6% dos esgotos do Brasil são coletados e tratados**, ou seja, menos da metade. Conforme afirma o mesmo levantamento, os esgotos não coletados são destinados a fossas rudimentares ou negras, a redes de águas pluviais ou sarjetas, diretamente no solo ou em corpos d’água, o que acaba contaminando rios, mares e [reservas de água subterrânea](https://blog.brkambiental.com.br/aquifero-guarani/).

Neste cenário atual que o Itaqui através de sua gestão com responsabilidade sócio ambiental deseja implementar de sistema de Esgotamento Sanitário que contempla toda a Área Portuária. A instalação de um novo Sistema de Esgotamento Sanitário com Estação de Tratamento de Esgoto e elevatórias, reforçaria o comprometimento da EMAP com a conscientização ambiental e preocupação com o tratamento dos efluentes produzidos dentro da Área Portuária, evitando a contaminação de solos, lençóis freáticos, etc.; diminuindo o impacto ambiental que a atividade portuária e seu desenvolvimento produzem, além de atender a diversas legislações como o CONAMA e às certificações como por exemplo a ISO 14001.

Ressalta-se ainda que com a adequação das vias devido ao novo fluxo, o alargamento da Av. Mearim, a implantação de novos terminais, a construção de novos pátios etc., a área permeável dentro da poligonal do Porto do Itaqui será reduzida, sendo necessária a implantação de novos dispositivos de drenagem e encaminhando de águas pluviais, requalificando parte antigo sistema para que não haja insuficiência da capacidade de drenagem da forma adequada, considerando os novos projetos propostos pela EMAP e arrendatárias, evitando que o sistema atual de drenagem seja sobrecarregado.

Neste sentido, solicita-se a Contratação Integrada de Empresa Especializada para Elaboração de Projeto Básico, Projeto Executivo e Execução de Obras Civis do Projeto de Esgotamento Sanitário e Melhorias na Drenagem pluvial da Poligonal do Porto do Itaqui em São Luís – MA..

# SOBRE A SUSTENTABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade é uma característica ou condição de um processo ou de um sistema que permite a sua permanência, em certo nível, por um determinado prazo. Neste sentido, este Termo de Referência ressalta a sustentabilidade deste projeto nos seguintes itens:

**Geração de efluentes:**

Não haverá geração excessiva de efluentes, somente aqueles provenientes da atividade humana em processo laboral. Para tanto, serão disponibilizados banheiros químicos e containers sanitários na frente de serviço e na instalação dos canteiros, as quais terão os efluentes recolhidos periodicamente com destinação adequada.

**Destinação de resíduos oriundo de demolições e retiradas/entulhos:**

Os resíduos gerados provenientes dos serviços a serem executados podem ser classificados da seguinte forma:

* Classe A;
* Classe B;
* Classe D.

Os resíduos gerados terão destinação adequada atendendo à legislação vigente. Estas ações estão alinhadas aos princípios da Política do Sistema de Gestão Ambiental da EMAP principalmente no que diz respeito à prevenção da poluição e práticas socioambientais positivas.

**Impactos sociais:**

Não haverá impacto negativo para vizinhança (socioambiental), uma vez que o projeto em questão será realizado totalmente dentro da área de administração da EMAP, além de já haver previsto, no projeto, a destinação sustentável dos resíduos gerados. Por outro lado, é previsto um impacto socialmente positivo: a geração de novos empregos.

**Impactos para a imagem da EMAP:**

A EMAP, com a execução desse serviço estará atuando para garantir a expansão do Porto do Itaqui, projetando o aumento da movimentação de cargas e de pessoas. Dessa forma, o projeto contribuirá para a afirmação da imagem da EMAP com sua política de gestão empreendedora e sustentável focada no potencial humano e na valorização das práticas de desenvolvimento econômico, ambiental e social.

# MATRIZ DE RISCO

O inciso X, do Art. 42, da Lei 13.303/2016, conceitua Matriz de Riscos como:

Cláusula contratual definidora de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a) listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato, impactantes no equilíbrio econômico-financeiro da avença, e previsão de eventual necessidade de prolação de termo aditivo quando de sua ocorrência;

b) estabelecimento preciso das frações do objeto em que haverá liberdade das contratadas para inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em obrigações de resultado, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico da licitação;

c) estabelecimento preciso das frações do objeto em que não haverá liberdade das contratadas para inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em obrigações de meio, devendo haver obrigação de identidade entre a execução e a solução pré-definida no anteprojeto ou no projeto básico da licitação.

Desta forma na Matriz de Risco elaborada, conforme ANEXO, não foram imputados à Contratada nenhum evento de risco que gerasse taxa adicional a esta contratação. No entanto, observa-se que diversos Riscos podem ocasionar “atrasos no investimento da EMAP” e para os casos em que tenham sido imputadas sobre responsabilidade da CONTRATADA são cabíveis de Sanções Administrativas conforme item 13 deste termo de Referência.

No § 8º do Art. 81 da lei 13.303/2016, informa que “é vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na matriz de riscos, como de responsabilidade da Contratada” e cuja coluna de “Item Superveniente impactantes no equilíbrio econômico-financeiro” esteja classificada como “Não”.

# DA CONTRATAÇÃO E DO CONTRATO

A contratação será de acordo com o art. 42 da Lei 13.303/2016, sob regime de **contratação integrada** e critério de julgamento será **Menor Preço** com modo de **disputa fechado**, conforme disposto no § 2º, art. 52 da Lei 13.303/2016. Seguindo a legislação específica, o orçamento será sigiloso.

* Fundamento legal: INCISO VI DO ARTIGO 42° DA LEI Nº 13.303/2016;
* Forma de realização da licitação: ELETRÔNICA;
* Modo de disputa: FECHADO;
* Regime de contratação: CONTRATAÇÃO INTEGRADA;
* Critério de julgamento: MENOR PREÇO.

A contratação será do regime tipo integrada uma vez que envolve a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto, portanto um serviço não comum.

Com este tipo de contratação, a Contratada tem a liberdade para implementar melhorias e inovações nos seguintes aspectos:

* **Na construção**: No projeto estrutural: fundações, pilares e vigas, com redução do volume de concreto, aço entre outros insumos sem, contudo, apresentar redução na resistência e esforços provenientes de suas cargas;
* **Na Tecnologia**: Automação do sistema de esgotamento sanitário, de forma a melhorar a produtividade, sem deixar de atender a nenhum dos itens solicitados no Anteprojeto.

O processo licitatório não é destinado exclusivamente à Microempresas – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, pois os valores são expressivos e incompatíveis com os referidos tipos de Pessoa Jurídica, conforme especificações da Lei Complementar nº 123/2006, art. 48, inciso I.

Não haverá reserva de cota exclusiva para Microempresas – ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP, pois o objeto não se trata de aquisição de bens de natureza divisível.

Informa-se que poderá haver subcontratação conforme item 24 deste Termo de Referência.

**JUSTIFICATIVA PARA A UTILIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO INTEGRADA (DIFERENTES METODOLOGIAS)**

O inciso VI do artigo 42° da lei Nº 13.303/2016, estabelece que, “contratação integrada: contratação que envolve a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto, de acordo com o estabelecido nos § 1º, 2º e 3º deste artigo”.

A execução de um novo fluxo viário para uma área que exige controle de acessos de veículos e pessoas, pois trabalha com cargas de alto valor agregado, como um Porto, é uma tarefa que envolve várias ciências técnicas, portanto trata-se de um conhecimento multidisciplinar. A engenharia de tráfego é responsável por garantir as dimensões corretas para manobras seguras e aplicar os mais eficientes métodos para circulação, embarque e desembarque de pessoas e veículos. As áreas de engenharia e arquitetura são responsáveis pela execução e dimensionamento correto das estruturas e obras aplicando-se normas, técnicas e exigências legais ligadas a construção civil, seja em obras públicas ou privadas.

Dessa forma, uma gama extensa de variáveis pode ser considerada pelas várias ciências envolvidas no projeto sobre uma abordagem multidisciplinar que tem o objetivo de gerar eficiência máxima ao serviço ora contratado. Como algumas dessas variáveis pode-se citar os tipos de pavimentos a se utilizar, rígido ou flexível, os ângulos de manobras considerando os caminhões-tipo e as soluções para intersecções entre veículos e pedestres nas vias são características que podem gerar inúmeros cenários para se garantir uma maior vida útil ao fluxo viário e maior segurança de tráfego.

Com relação as obras pode-se ter diversas metodologias construtivas que podem otimizar o tempo da obra e/ou o custo e/ou a qualidade, dentre essas metodologias pode-se citar o uso de concreto armado ou protendido e até mesmo vigas, pilares e treliças metálicas quando se fala em estruturas. Ou ainda a utilização de equipamentos para execução de acabamentos em auxilio a mão de obra pode gerar avanços expressivos no cronograma.

Neste sentido e mediante o explanado até o momento, o êxito para se ter um novo fluxo viário integrado pode ser obtido desde a utilização de técnicas avançadas de engenharia de tráfego até construções eficientes. Assim, caberá a licitante, mediante ao exame das condições locais e necessidade do cliente, encontrar a melhor solução compatível com os requisitos da função, da técnica e da economia.

**JUSTIFICATIVA TÉCNICA**

Fundamenta-se tecnicamente a opção pela modalidade de licitação de contratação integrada necessária a garantia de entrega do novo fluxo de forma totalmente operacional, executado através das melhores técnicas atuais existentes, com o menor custo, fundamentado em estudos para a seleção/utilização dos equipamentos com melhor desempenho funcional, dotado da tecnologia mais atual que atenda a necessidade da CONTRATANTE.

O projeto de construção do Novo Fluxo Viário do Porto do Itaqui (Vias, Sistema de Esgoto e Drenagem Pluvial) consiste no desenvolvimento de projeto básico e executivo, composto por:

1. Fundações; Infra, Meso e Superestrutura, Instalações Elétricas; Hidráulicas/Abastecimento de água Potável; Instalações Sanitárias, inclusive ETE; Sistema de Combate a Incêndio com Hidrantes; Ventilação e ar condicionado; Sistema de Proteção contra Descarga Atmosférica; Drenagem pluvial; Infraestrutura de rede de logica e comunicação; Pontos de ancoragem e linha de vida; Geométrico das vias; Sinalização; Geotecnia; Pavimentação; Instalação de Equipamentos necessários a operacionalização dos sistemas; Apresentação de planejamento detalhado da Obra e aprovando junto a EMAP as metodologias escolhidas.
2. Execução da Obra, conforme metodologia aprovada junto a EMAP.
3. Operacionalização do Novo Fluxo Viário.

Portanto, é vital para viabilizar o projeto e Construção do Novo Fluxo Viário que uma única empresa ou consórcio forneça todas as soluções necessárias à completa implantação do objeto. Assim, objetiva-se, dentro dos critérios que regem a Administração Pública, de economicidade e responsabilidade, ganho na celeridade do processo, redução de divergências entre as atividades de elaboração de projetos e execução de obras, diminuição de conflitos e falhas de comunicação entre as soluções tecnológicas adotadas, bem como a correlacionada minimização de incompatibilidade entre as diversas áreas citadas.

Resta evidente que qualquer problema na incompatibilidade dos projetos, execução e seleção de equipamentos, acarretarão em perdas de eficiência e de competitividade do Porto do Itaqui. Dessa forma, fica evidente a necessária unicidade de responsabilidades para o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a execução das obras e serviços de engenharia, bem como o início da operacionalização do novo fluxo.

Ao adotar a Contratação Integrada, transfere-se o risco de eventuais divergências e incompatibilidades oriundas de soluções desenvolvidas separadamente por diversos contratados para uma mesma empresa ou consórcio, que será o único responsável por todo o empreendimento perante a CONTRATANTE. Assim, minimizam-se os riscos de revisões técnicas que poderiam comprometer o cronograma de execução física do projeto de Construção do Novo Fluxo Viário do Porto do Itaqui (Vias, Sistema de Esgoto e Drenagem Pluvial).

**JUSTIFICATIVA ECONÔMICA**

As justificativas econômicas decorrem da comparação qualitativa entre duas hipóteses previstas na Lei nº 13.303/2016 em termos de regime: contração integrada ou contratação por regime distinto (empreitada por preço unitário; empreitada por preço global; contratação por tarefa; ou empreitada integral).

Os riscos associados ao particionamento ou fatiamento deste certame, pesaram na decisão da CONTRATANTE em optar pela CONTRATAÇÃO INTEGRADA. Citam-se os riscos técnicos com efeitos econômicos danosos: incompatibilidade ou insuficiência dos projetos básico e executivo em relação às respectivas obras ou serviços de engenharia; descumprimento dos prazos definidos em cronogramas físicos relativos às partes individuais que comporiam todo o objeto; não atingimento do prazo final para a entrega de todo o empreendimento; incompatibilidade técnica entre soluções entregues por diferentes contratos; deficiência ou insuficiência de qualquer uma das partes executadas, comprometendo o perfeito funcionamento do conjunto de obras e serviços contratados; dificuldade de realização das atividades de operação inicial, entre outros.

Além disso, por meio da Contratação Integrada, ficam reduzidos os custos administrativos de fiscalização documental, bem como das diversas áreas envolvidas nos processos licitatórios e de contratação.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Critério de comparação | Regime de Contratação Integrada (artigo 42°, inc. VI, Lei nº 13.303/2016) | Outros regimes de contratação (artigo 42°, inc. I a V, Lei nº 13.303/2016) |
| Objeto de Contratação. | Único:  - Inovação tecnológica.  - Projetos básico e executivo.  - Obras.  - Serviços. | Fracionado:  - Projetos em separado.  Especificação de Equipamentos  - Obras de engenharia.  Editais distintos. |
| Projeto Básico. | Não exigido, apenas Anteprojeto.  Complexidade do objeto.  Atividade específica. | Exigido, de acordo com o fracionamento.  Licitação distinta, com os respectivos custos associados.  Licitação de projetos e licitação de obras e serviços. |
| Obras e Serviços de Engenharia. | De acordo com Anteprojeto e posterior projeto básico e executivo. | De acordo com o fracionamento:  - Obra de engenharia civil.  - Testes.  - Operação Inicial.  Editais distintos. |
| Fiscalização. | Exigida. Edital e contrato distintos. | Exigida. Edital e contrato distintos. |
| Gestão. | Edital e contrato único. | Editais e contratos distintos.  Custos administrativos adicionais, tanto para fase interna quanto externa.  Gestão das interfaces entre contratados. |
| Riscos Associados. | Desacordo com anteprojeto.  Descumprimento de prazo.  Abandono das obras e serviços. | Dissociação ou separação da atividade pretendida pela Contratante.  Falta de domínio da solução completa por parte dos diferentes contratados.  Possível alegação de fornecimento de que projeto básico é insuficiente ou incompatível em decorrência de contrato anterior distinto.  Possível alegação de que obras e serviços não são compatíveis com respectivos projetos fornecidos.  Conflito entre prestadores e contratados.  Falta de garantia de execução concomitante das obras e serviços.  Não entrega de parte de obra ou de serviço.  Exigência de aditamentos.  Descumprimento de prazos.  Ausência de solidariedade entre contratados.  Comprometimento do todo, do resultado pretendido. |
| Economicidade do regime. | Presença de economia de escala.  Concentração de aquisições e prestações de serviços sob um único responsável perante a Administração.  Possibilidade de consórcios entre empresas de atividades complementares ao atendimento do objeto de contrato. | Ausência de economia de escala.  Difusão das aquisições e prestações de serviços.  Aumento de custos administrativos.  Impacto dos riscos de não compatibilidades entre projeto básico e obras e serviços.  Custos de transição entre etapas. |

Tabela 2 - Comparativo entre o Regime de Contratação Integrada e outros Regimes da Lei nº 13.303/2016

As maiores diferenças destacadas na tabela se concentram na não exigência de projeto básico, no caso da Contratação Integrada, bem como no aumento significativo dos riscos associados aos regimes de contratação nos quais se exige prévio projeto básico. Outro ponto se refere à gestão de contratos, onde se destacam as diferenças entre se gerenciar contrato único e diversos contratos, de acordo com o item, por exemplo, projetos, obras e serviços (estes últimos sendo passíveis de novo fracionamento, de acordo com a natureza do serviço).

Sendo assim, ficará a cargo do licitante vencedor apresentar a proposta com melhor relação custo x benefício, favorecendo a Administração, em respeito aos princípios da razoabilidade e da economicidade.

# PRAZOS DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

O prazo previsto para a execução deste objeto de contrato será de até 22 (vinte e dois) meses, contados da data de autorização para o início dos serviços, constante na Ordem de Serviço (O. S.) após assinatura da mesma, emitida pela EMAP. A Ordem de Serviço será emitida em até 30 (trinta) dias corridos após a reunião de *kick off*.

O prazo de vigência do contrato será de 28 (vinte e oito) meses a contar da data de Assinatura do Contrato.

# LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão realizados na poligonal do Porto do Itaqui conforme figura a seguir: Endereço: Av. dos Portugueses, s/n, CEP: 65085-370, São Luís – MA.

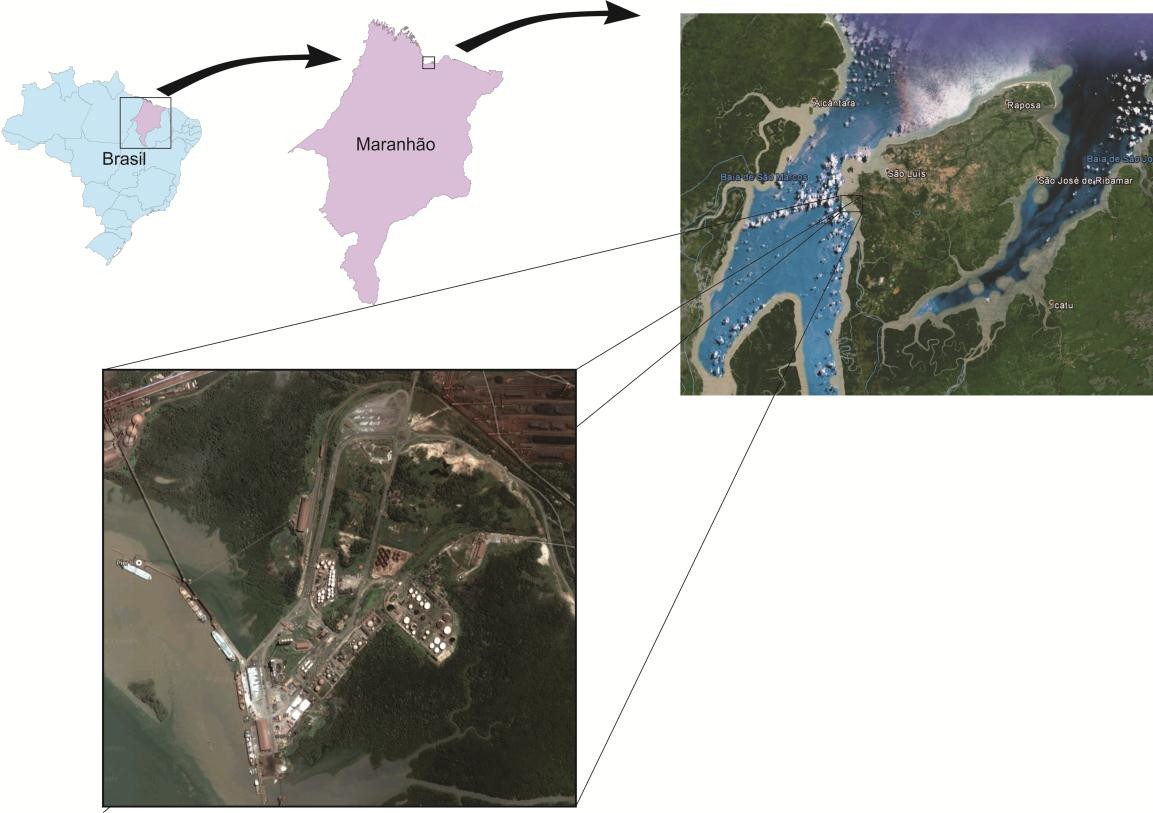


Figura 1 – Localizações em macro e microescalas do Porto do Itaqui, São Luís – MA

# 9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

O cronograma de atividades para execução dos serviços encontra-se no ANEXO III deste Termo de Referência.

# SAÚDE, SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE, DADOS PESSOAIS E INFORMAÇÃO

**ORIENTAÇÕES RELATIVAS À SEGURANÇA DO TRABALHO**

**TRABALHO EM ALTURA**

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui

E.P.I´s

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06.
2. Uso de cinto de segurança tipo paraquedista com talabarte duplo para trabalhos em altura,
3. Para eletricista prevalece a mesma determinação não sendo permitido o uso do cinto abdominal (cinturão).
4. Os cintos não poderão ser fixos na mesma estrutura de trabalho, sendo necessária a fixação de cabos guias (linha de vida), implementado por profissional devidamente habilitado-Treinamento de NR 35.
5. Todo e qualquer funcionário deverá receber treinamento específico para realização da atividade;
6. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.
7. O sistema de proteção contra queda deverá ser constituído de anteparos rígidos, em sistemas de guarda-corpo e rodapé devendo o mesmo atender os requisitos de dimensionamento de 1,20 m de altura para travessão superior, 0,70 cm para travessão intermediário e ter rodapé com 0,20 cm de altura, conforme NR 18.
8. Emissão de Permissão de Trabalho para trabalhos em altura.
9. Todos os empregados executantes de trabalhos em altura deverão realizar treinamento APR (Avaliação Preliminar de Risco).

USO DE ANDAIME:

1. As estruturas de andaimes devem ser metálicas, sendo proibido o uso de andaimes de madeira.
2. Os andaimes devem possuir assoalho completo e contraventamento a partir de 6m e depois a cada 3m.
3. Deverá dispor de escada fixa ao andaime para acesso ao assoalho, portinhola que abre para dentro, roda pé com 0,2 m de altura, travessa a 0,7 m e travessa superior a 1,20m do assoalho.
4. Deverá ser apresentado memorial de cálculo e ART das linhas de vida instaladas na obra.

USO DE PLATAFORMA ELEVATÓRIA - PTA:

1. Os operadores devem ser treinados pelo fabricante ou por pessoa por pessoa autorizado pelo fabricante.
2. Deverá ser mantido outro empregado habilitado para operador a plataforma em caso de emergência.
3. O cinto de segurança deverá estar afixado no local correto;
4. Deverá ter um operador reserva habilitado no piso para auxiliar na operação em emergência,
5. Não colocar membros superiores em posição de prensamento,
6. Durante o deslocamento da TPA somente o operador poderá estar no cesto,
7. A PTA deverá ter extintor de incêndio no cesto,
8. A PTA deverá trabalhar isolada em toda a sua área de alcance

USO DE ESCADA:

1. A escada móvel não deve ultrapassar 7m.
2. As escadas devem possuir sapatas antiderrapantes.
3. Não utilizar escadas metálicas para atividades com eletricidade;
4. Ao se utilizar escada de mão para acessar um local de trabalho mais elevado, a extremidade superior da escada deve ultrapassar pelo menos 1 metro o piso deste local.
5. É indispensável que todas as atividades sejam previamente planejadas e executadas conforme os procedimentos de segurança, todas as situações que não forem previstas nos procedimentos de segurança deverão ser tratadas pelo SESMT da empresa em conjunto com o setor de segurança da EMAP.
6. A empresa deverá manter relação atualizada com os nomes de todos os colaboradores que estarão autorizados a realizar trabalho em altura e manter uma cópia do documento na frente de serviço.
7. A empresa deverá apresentar certificado de treinamento de trabalho em altura, conforme NR-35 de todos os executantes de trabalho em altura.
8. Emitir circular a todos os colaboradores proibindo a realização de atividades sob efeito de drogas (álcool, etc.).
9. Todo e qualquer fornecedor, cliente ou qualquer que seja a modalidade de pessoas que não façam parte do contrato e tiverem necessidade de adentrar a área operacional, deverão ter autorização do fiscal EMAP e receber informações do setor de segurança da contratada ou da EMAP dos procedimentos internos do Porto do Itaqui.

**CONDUÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES**

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui. Código de Transito Brasileiro - CTB.

1. Apresentar cópia da Habilitação de todos os condutores de veículo, conforme categoria dos veículos a serem conduzidos.
2. Cumprimento das Regras de Trânsito do Itaqui.
3. Todos os veículos deverão ser identificados com logomarca da empresa nas laterais do veículo.
4. Os veículos deverão passar por inspeções e manutenções periódicas.
5. Todos os veículos que estiverem transportando carga com excesso lateral e longitudinal deverão ser conduzidos com escolta.
6. Todos os veículos deverão passar por inspeção antes de acessar a área operacional para verificação de regularidade.
7. Nos canteiros de obras - deverá ser instalada sinalização de trânsito no entorno da obra a fim de orientar os motoristas sobre as condições das vias e regulamentar a velocidade permitida para a via.
8. Elaborar procedimento específico para condução dos veículos e treinar os condutores de veículos no mesmo;
9. Deverá ser elaborado inventário dos veículos, além de plano de manutenção preventiva.
10. Não transportar carga dentro da cabine do veículo
11. Realizar treinamento interno de direção defensiva EMAP.

**OPERAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÓVEIS**

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui. Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06.
2. Apresentar cópia da Habilitação de todos os operadores de equipamentos móveis.
3. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.
4. Cumprimento das Regras de Ouro no Trânsito do Itaqui.
5. Todos os equipamentos móveis deverão estar identificados com logomarca da empresa nas laterais do equipamento.
6. Os equipamentos de transporte de carga deverão ter sua capacidade indicada no próprio equipamento;
7. Os equipamentos deverão passar por inspeções e manutenções periódicas.
8. Uso obrigatório de giroflex e sinal sonoro de ré.
9. Todos os veículos ou máquinas que estiverem transportando carga com excesso lateral ou longitudinal deverão ser conduzidos com escolta.
10. Os operadores deverão cumprir sinalização interna do Porto do Itaqui
11. Os condutores deverão portar o crachá de identificação de operador.
12. Todos os equipamentos deverão passar por inspeção antes de acessar a área operacional para verificação de regularidade.
13. Deverá ser elaborado inventário dos equipamentos móveis e semimóveis, além de plano de manutenção preventiva.
14. A área da patola deverá ter dimensão mínima de três vezes o maior comprimento da base do cilindro
15. A área da movimentação da carga deverá estar isolada
16. Apresentar certificado que comprove a qualificação profissional para a operação de equipamentos.

**ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS (PERICULOSIDADE) ENVOLVENDO EXPOSIÇÃO A ENERGIA ELÉTRICA**

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06.
2. Apresentar certificado dos empregados em comprovação de qualificação profissional para realização de atividades envolvendo eletricidade.
3. Apresentar certificado do curso de NR-10 dos empregados envolvidos com atividades com eletricidade.
4. Apresentar prontuário elétrico e laudo de aterramento
5. Elaboração de procedimento específico para as atividades de elétrica e treinar os executantes no mesmo.

**MANUSEIO DE CARGAS SUSPENSAS / ELEVADAS (PONTE ROLANTE, GUINDASTE, ETC.)**

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06.
2. Apresentar certificado que comprove a qualificação profissional para a operação de equipamentos de guindar.
3. Equipamentos e acessórios devem ser adequados ao serviço proposto e estar em perfeito estado de conservação e funcionamento, preencher check list diariamente.
4. Fazer dimensionamento dos equipamentos e recursos de acordo com as cargas.
5. Elaborar procedimento específico para operação de manuseio de carga suspensas e treinar os operadores no mesmo.
6. Deverá ser elaborado inventário dos equipamentos de guindar e dos acessórios, além de plano de manutenção preventiva dos equipamentos.
7. Os equipamentos de guindar e acessórios deverão passar por inspeções e manutenções periódicas.
8. Deverá ser elaborado plano de rigging para içamento de cargas a partir de 10 toneladas e/ou carga negativa e para os demais apresentar plano de içamento de carga.

**TRABALHO EM AMBIENTE CONFINADO OU SEMI-CONFINADO (TUBULÕES, TANQUES, CAIXAS, GALERIAS, ETC.)**

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
2. Avaliação ambiental antes e durante os serviços.
3. Os executantes, vigia e responsável devem ser capacitados conforme NR-33, devendo ser apresentado o certificado que comprove a capacitação dos empregados envolvidos com atividades em espaço confinado.
4. Todos os empregados executantes de trabalhos em espaço confinado deverão realizar treinamento APR (Avaliação Preliminar de Risco).
5. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.
6. Elaboração de procedimento específico para a atividade em espaço confinado e treinamentos dos executantes no respectivo procedimento.

**EXPOSIÇÃO A PARTES MÓVEIS / ROTATIVAS (BETONEIRAS, SERRAS CIRCULARES, SERRAS ELÉTRICAS, ETC.)**

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
2. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.
3. Equipamentos aterrados e com partes móveis protegidas corretamente.
4. Dimensionar medidas de proteção de correias.
5. Realizar bloqueios de fonte de energia conforme NR-12.
6. Manter relação atualizada com nomes de todos os colaboradores que estarão autorizados a realizar a operação dos equipamentos e manter uma cópia do documento na frente de serviço,
7. A tela do cocho da bomba lança, deverá ter sensor que pare o lançamento do concreto quando a tela for suspensa
8. Realizar treinamento de NR 12 conforme função e equipamento;

**TRABALHO PRÓXIMO A VALAS, TALUDES OU PILHAS**

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06.
2. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.
3. Deve ser realizada a avaliação de estabilidade do material antes de realizar atividades próximos a taludes.
4. Adoção de escoramento - Seguir as recomendações da RTP 03/ NR18 - escavações, fundações e desmonte de rochas.
5. Adoção de proteção contra quedas de pessoas / materiais.
6. Deverá ser instalado sistema de guarda-corpo fixo no perímetro das valas ou taludes.
7. Para acesso das valas ou taludes deverá ser utilizada escada de acesso.
8. Elaboração de procedimento específico para atividades nessas circunstâncias e treinamentos dos empregados no mesmo.

**ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS (PERICULOSIDADE) ENVOLVENDO EXPOSIÇÃO A: LÍQUIDOS OU GASES INFLAMÁVEIS E/OU COMBUSTÍVEL (ÓLEO DÍESEL, GASOLINA, ETC.)**

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
2. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.
3. Proibição de uso de dispositivos que emitam chamas em área próxima a manuseio e armazenagem de produtos inflamáveis;
4. Estocagem em locais ventilados, isolados e sinalizados, conforme a NBR 17505-2:2006.
5. Devera existir letreiro com dizeres ‘não fume’ e ‘inflamável’ no local de abastecimento / armazenamento e manuseio de produtos inflamáveis.
6. Quando no abastecimento deverá ser executado o aterramento do caminhão e toda a área deverá ser isolada não permitindo o acesso de terceiros.
7. A FISPQ do produto deverá estar no local e os colaboradores devem ter conhecimento dos procedimentos contidos na mesma.
8. Manter relação atualizada de empregados que estão autorizados a realizar atividades com exposição a produtos químicos.
9. A atividade de abastecimento de máquinas, equipamentos e veículos deverá ser procedimentada e os executantes dessa atividade devem ser treinados no respectivo procedimento.
10. É proibido o uso de GLP para atividades de solda e/ou corte.

**MANUSEIO DE PRODUTOS QUÍMICOS, TÓXICOS, AGROTÓXICOS, ÓLEOS OU GRAXAS OU EXPOSIÇÃO A VAPORES (COLAGEM DE CORREIAS, PINTURA, PRODUTOS PULVERIZADOS, SOLVENTES, ETC.)**

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06.
2. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.
3. Fazer uso de respirador semifacial com filtro para vapores orgânicos e/ou ácidos, conforme produto manuseado.
4. Controle médico sobre a ação dos agentes nos trabalhadores.
5. Uso de creme protetor para as mãos e outras partes do corpo expostas, com CA (Certificado de Aprovação).
6. Manter arquivo das FISPQs dos produtos utilizados.
7. Treinar os empregados que trabalham com produtos químicos nas FISPQs dos produtos químicos manuseados.
8. Manter o rótulo nos recipientes onde são armazenados os produtos.
9. Manter os recipientes em gaiolas ou bandejas de contenção.

**TRABALHO COM CORTE E SOLDA OXIACETILÊNICA**

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06.
2. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.
3. É indispensável que todas as atividades sejam previamente planejadas e executadas conforme os procedimentos de segurança, todas as situações que não forem previstas nos procedimentos de segurança deverão ser tratadas pelo SESMT da empresa em conjunto com a segurança da EMAP.
4. Uso de respirador semifacial para fumos metálicos.
5. Equipamentos com válvulas corta chama na saída dos cilindros e entrada das canetas.
6. Pessoal com treinamento específico para a função e com experiência comprovada.
7. É proibido o uso de GLP para realização de atividades de corte/solda.

**RISCO DE ATAQUE DE ANIMAIS E INSETOS**

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06.
2. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.
3. É indispensável que todas as atividades sejam previamente planejadas e executadas conforme os procedimentos de segurança, todas as situações que não forem previstas nos procedimentos de segurança deverão ser tratadas pelo SESMT da empresa em conjunto com a segurança da EMAP.
4. Uso de EPI’s adequados (Ex.: Coturnos/perneiras para proteção das pernas, etc.).
5. Uso de repelentes pelos empregados.
6. Todos os empregados deverão estar com suas vacinas em dia.
7. A empresa deverá manter equipamentos e dispositivos de primeiros socorros, além de pessoas treinadas para o caso de emergências durante as atividades.
8. Deverá disponibilizar meios eficientes para comunicação, a fim de atender às exigências do plano de emergência.
9. Os colaboradores deverão ser orientados a não intervirem contra os animais peçonhentos encontrados nos locais das atividades, pois este é um papel do corpo de bombeiros.
10. Deverá ser realizado treinamento sobre animais peçonhentos para todos os colaboradores.
11. Os colaboradores que executarem atividades a céu aberto deverão receber protetor solar.
12. Deverão ser disponibilizados banheiros químicos a serem dispostos a no máximo 150 metros de distância das frentes de serviço.

**CONTATO COM AGENTES BIOLÓGICOS**

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06.
2. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.
3. É indispensável que todas as atividades sejam previamente planejadas e executadas conforme os procedimentos de segurança, todas as situações que não forem previstas nos procedimentos de segurança deverão ser tratadas pelo SESMT da empresa em conjunto com a segurança da EMAP.

**EXPOSIÇÃO A EQUIPAMENTOS / FLUÍDOS SOB PRESSÃO (COMPRESSORES, CILINDROS, PNEUS, SISTEMA HIDRÁULICO, ETC.)**

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06.
2. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.
3. É indispensável que todas as atividades sejam previamente planejadas e executadas conforme os procedimentos de segurança, todas as situações que não forem previstas nos procedimentos de segurança deverão ser tratadas pelo SESMT da empresa em conjunto com a segurança da EMAP.
4. Despressurizar o sistema antes da realização das atividades.
5. Não provocar aumento de temperatura e choques mecânicos aos recipientes.
6. Evitar exposição desnecessária às áreas de risco.
7. Disposição dos cilindros em gaiolas com a devida separação entre os cilindros de gases diferentes e entre os cheios e os vazios, devidamente sinalizados e com a FISPQ disponível.

**EXPOSIÇÃO A POEIRA, PARTICULADOS, RUÍDO OU UMIDADE**

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06.
2. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.
3. É indispensável que todas as atividades sejam previamente planejadas e executadas conforme os procedimentos de segurança, todas as situações que não forem previstas nos procedimentos de segurança deverão ser tratadas pelo SESMT da empresa em conjunto com a segurança da EMAP.
4. Avaliação ambiental para a função.
5. Implantar Programa de Proteção Respiratória.
6. Em pátios abertos, onde não haja pavimentação, deverá haver umectação das vias de acesso, a fim de eliminar a emissão de particulados.
7. Implantar Programa de Conservação Auditiva.
8. Para realização de atividades com exposição à água, deverá ser considerada a necessidade do uso de roupas especiais, que o proteja os colaboradores contra umidade.

**UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS, MÁQUINAS OU EQUIPAMENTOS PRÓPRIOS (MÁQUINA DE SOLDA, ESMERILHADEIRA, SERRAS, ETC.)**

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06.
2. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.
3. É indispensável que todas as atividades sejam previamente planejadas e executadas conforme os procedimentos de segurança, todas as situações que não forem previstas nos procedimentos de segurança deverão ser tratadas pelo SESMT da empresa em conjunto com a segurança da EMAP.
4. Pessoal com treinamento específico no uso de ferramentas/máquinas e experiência comprovada.
5. Equipamentos aterrados e com partes móveis protegidas.
6. Ferramentas elétricas manuais com duplo isolamento comprovado pelo fabricante ou pino terra.
7. Ferramentas adequadas e em perfeito estado de conservação.
8. Uso de lista de verificação das máquinas e ferramentas antes do uso do equipamento.
9. Evidência de treinamento dos empregados no manuseio de máquina, equipamentos e ferramentas.
10. As extensões elétricas deverão possuir DR

**TRABALHO PRÓXIMO A ÁGUA (PIER, CAIS, ETC.)**

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06, (Uso obrigatório de colete salva-vidas)
2. É indispensável que todas as atividades sejam previamente planejadas e executadas conforme os procedimentos de segurança, todas as situações que não forem previstas nos procedimentos de segurança deverão ser tratadas pelo SESMT da empresa em conjunto com a segurança da EMAP.
3. Proteção contra quedas.
4. Uso de bota de segurança sem cadarço quando de exposição do risco de queda de homem ao mar.

**A OBRA E/OU SERVIÇO A SER REALIZADO PELA CONTRATADA, NECESSITARÁ CONSTRUIR INSTALAÇÕES COMPLEMENTARES, COMO: OFICINAS MECÂNICAS, REFEITÓRIOS, SANITÁRIOS, ETC.**

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Seguir procedimentos e normas de construção de acordo com número de empregados (NR 18 e 24) e exigências internas da EMAP.
2. O Setor de segurança da EMAP, SESMT Gerenciadora (quando houver) deverá avaliar a planta do canteiro de obras, a fim de se fazer cumprir todos os requisitos exposto nas NR`s.
3. As botas de segurança dos colaboradores deverão possuir palmilha antiperfurante, biqueira em composite ou outro material não condutor de eletricidade e proteção metatarso.
4. Os canteiros deverão ser devidamente sinalizados de forma a garantir as orientações básicas de segurança quanto ao desenvolvimento normal das atividades, conforme a NR 26.
5. As divisórias de isolamento de canteiros e frentes de serviço deverão ser feitas de material rígido que impeça o acesso de pessoas alheias à atividade. Não é permitido isolamento de canteiros e frentes de serviço com tela cerquite e/ou fita zebrada em áreas a céu aberto.
6. Todos os contêineres utilizados para ocupação humana deverão seguir as recomendações contidas na NR18 item 18.4.1.3 e 18.4.1.3.2.
7. Todos os contêineres deverão ser aterrados com seus laudos de aterramento.NR 10;
8. Deverão ser disponibilizados banheiros químicos a serem dispostos a no máximo 150 metros de distância das frentes de serviço.
9. As fiações das instalações elétricas provisórias devem possuir altura de no mínimo 5 (cinco) metros a partir do solo, dimensionada de acordo com as necessidades de serviços especiais ou que empreguem máquinas e equipamentos de grandes dimensões. As fiações devem possuir identificação/sinalização visível de altura.

**HAVERÁ USO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA EXECUÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO**

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Cumprir as exigências da EMAP.
2. Realizar ligação somente com autorização prévia da EMAP.
3. Informar qualquer alteração ao longo do contrato.
4. O gerador deve permanecer aterrado enquanto estiver em uso.
5. Todo quadro elétrico e extensão deverá possui DR.

**TEMPO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO SERÁ SUPERIOR A 60 DIAS**

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Apresentar PGR, PCMAT / PCA / PPR / PCMSO / LAUDO ERGONÔMICO / PAE de acordo com as características da atividade do contrato, CNAE da empresa e número de empregados.
2. Realizar a divulgação dos procedimentos internos EMAP
3. Atender ao disposto na NR 05.
4. Apresentar dados estatísticos até o 2º dia útil de cada mês subsequente através de seu fiscal de Contrato EMAP.
5. A empresa deverá dimensionar seu SESMT conforme NR 04 da Portaria 3.214 de 08 de junho de 1978 do MTE e registrá-lo na SRTE.
6. A empresa com seus representantes da liderança e SESMT deverão participar dos treinamentos e reuniões de segurança que forem convocados.

**HAVERÁ ATIVIDADES SOBRE EMBARCAÇÃO OU USO DE BARCAÇA**

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
2. Uso de coletes salva vidas enquanto estiverem embarcados;
3. Obedecer às NPCP e as NORMAMS (Capitania dos Portos e Marinha do Brasil)
4. As embarcações contratadas para executar serviços devem cumprir a NR 30 bem como a atender as condições de conforto elencado na norma.

**HAVERÁ SERVIÇOS DE ESCAVAÇÃO, SONDAGENS**

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Cumprir os requisitos estabelecidos na Nr-18.6 (Escavações, Fundações e Desmonte de rochas);
2. A área de trabalho deve ser previamente limpa, devendo ser retirados ou escorados solidamente árvores, rochas, equipamentos, materiais e objetos de qualquer natureza, quando houver risco de comprometimento de sua estabilidade durante a execução de serviços;
3. Muros, edificações vizinhas e todas as estruturas que possam ser afetadas pela escavação devem ser escorados;
4. Os serviços de escavação, fundação e desmonte de rochas devem ter responsável técnico legalmente habilitado;
5. Quando existir cabo subterrâneo de energia elétrica nas proximidades das escavações, as mesmas só poderão ser iniciadas quando o cabo estiver desligado;
6. Na impossibilidade de desligar o cabo, devem ser tomadas medidas especiais junto à concessionária;
7. Os taludes instáveis das escavações com profundidade superior a 1,25m (um metro e vinte e cinco centímetros) devem ter sua estabilidade garantida por meio de estruturas dimensionadas para este fim;
8. As escavações com mais de 1,25m (um metro e vinte e cinco centímetros) de profundidade devem dispor de escadas ou rampas, colocadas próximas aos postos de trabalho, a fim de permitir, em caso de emergência, a saída rápida dos trabalhadores;
9. Os materiais retirados da escavação devem ser depositados a uma distância superior à metade da
10. Profundidade, medida a partir da borda do talude;
11. Os taludes com altura superior a 1,75m (um metro e setenta e cinco centímetros) devem ter estabilidade garantida.

**HAVERÁ TRABALHO NOTURNO**

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. Deve ser garantido o descanso entre jornadas de no mínimo 11h.
2. Deve ser garantida iluminação necessária para execução das atividades noturnas.

**HÁ ALGUMA INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR QUE VOCÊ CONSIDERA IMPORTANTE**

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

1. TODOS os empregados deverão ser treinados no PROAPI (Programa de Ambientação do Porto do Itaqui).
2. As pessoas que forem acessar as instalações da EMAP deverão atender ao descrito na Portaria 130/2014, referente ao uso de calçado nas areas administrativas da EMAP e Portaria 129/2014, referente à utilização de EPI na área operacional.
3. Todo e qualquer fornecedor, cliente ou qualquer que seja a modalidade de pessoas que não façam parte do contrato e tiverem necessidade de adentrar a área operacional, deverão ter autorização do fiscal EMAP e receber informações do setor de segurança da contratada ou da EMAP dos procedimentos internos do Porto do Itaqui.
4. Todas as exigências legais à contratada serão estendidas à subcontratada, caso haja.

**ORIENTAÇÔES RELATIVAS AO MEIO AMBIENTE**

**Para atividades desenvolvidas dentro das áreas administradas pela EMAP, incluindo canteiro de obras, os contratados devem observar os seguintes requisitos:**

**Gerais**

1. Conhecer e cumprir a Política do Sistema de Gestão Ambiental da EMAP, disponível na internet no endereço: https://www.portodoitaqui.ma.gov.br/emap/missao-visao-valores;
2. A contratada adotará todos os controles e proteção ambiental necessários ao atendimento da legislação ambiental vigente nos níveis federal, estadual e local e dos requisitos ambientais aplicáveis;
3. A contratada será responsável perante os Órgãos do Poder Público e terceiros, por eventuais danos causados ao meio ambiente, resultantes da execução da atividade objeto deste contrato;
4. A contratada atenderá a todos os requisitos aplicáveis à atividade objeto do contrato constantes das normas e padrões do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da EMAP, incluindo procedimentos e registros que podem ser acessados no link: https://www.portodoitaqui.ma.gov.br/emap/gestao/meioambiente#saude
5. A contratada deverá prever e garantir a adequação dos recursos necessários ao atendimento dos requisitos ambientais estabelecidos, incluindo treinamentos de empregados para as questões ambientais;
6. A contratada deverá informar, imediatamente, à EMAP (Fiscal do Contrato) as ocorrências de não-atendimento aos requisitos ambientais estabelecidos acima, além de estabelecer a comunicação através do fluxo de comunicação de ocorrência pelos contatos 3231-7444 / 98454-9662;
7. Em caso de acidente com o equipamento que implique na contaminação de solo/água, a contratada deverá remediar o dano causado e informar imediatamente a EMAP, através dos contatos de emergências 3231-7444 / 98454-9662, devendo agir de forma proativa a fim de evitar eventuais contaminações por gotejamento de óleo no solo e no mar através de seus equipamentos ou na operação de abastecimento de equipamentos;
8. A supressão de vegetação deverá ser autorizada pelos órgãos competentes, bem como as motosserras devem estar registradas no órgão estadual competente e no IBAMA. Qualquer atividade nesse sentido deve ser previamente alinhada com o setor de Meio Ambiente da EMAP;
9. Em atendimento ao SGA, a EMAP fará inspeções e auditorias ambientais periódicas nas instalações e atividades da contratada para verificar o atendimento aos requisitos estabelecidos. A contratada deverá fornecer as informações necessárias ao desenvolvimento destas inspeções e auditorias;
10. A contratada deverá ser responsável pela manutenção das estruturas, de sua propriedade ou disponibilizadas pela EMAP, localizadas dentro das unidades operacionais. Tais atividades deverão ocorrer mediante da validação da COAMB e/ou de outros setores competentes conforme procedimentos Internos.
11. Qualquer empresa que atue na área primária deve estar credenciada no Procedimento EMAP PC-57: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO PORTO DO ITAQUI. Os principais requisitos aplicáveis ao controle ambiental relativos à Efluentes e Águas, Efluentes Oleosos, Emissões Atmosféricas, Resíduos Sólidos, Produtos Químicos e Transportes são apresentados a seguir:

**Efluentes e Águas**

1. As ações a seguir descrevem como deve ser realizado o controle operacional ambiental dos efluentes e águas nas áreas da EMAP:
2. Nenhum tipo de efluente deverá ser direcionado para corpos receptores (lagoa, rio, mar, entre outros) ou para a rede de drenagem pluvial, sem ser previamente consultado do setor de Meio Ambiente da EMAP;
3. Os efluentes sanitários gerados em banheiros químicos devem ser coletados e direcionados para tratamento em sistemas que atinjam os níveis estipulados pela legislação pertinente, sendo local adequado e licenciado, e apresentar certificado de destinação do resíduo.
4. Efluentes provenientes de chuveiros, pias e tanques, também são considerados efluentes sanitários ou eventualmente industriais, e como tal necessitam de tratamento;
5. Instalações que possuam cozinhas e/ou refeitórios devem ter seus efluentes direcionados para a caixa de gordura antes de passarem pelo sistema de tratamento adotado;
6. Quando possível, o consumo de água também deverá ser monitorado e informado mensalmente à EMAP;
7. Deve ser priorizado o reuso de água, quando a atividade permitir, visando reduzir o consumo de água nova;

**Efluentes oleosos**

1. Todo efluente oleoso deve ser estocado em local coberto, estanque e com contenção adequada ao volume armazenado para que não ocorram vazamentos no solo, e deve ser direcionado para o tratamento e disposição adequada conforme orientação da EMAP;
2. Efluentes de características diferentes daqueles aqui comentados, devem ter seu tratamento específico, definido em conjunto com a área de Meio Ambiente da EMAP;
3. A empresa responsável pela construção de bacias/caixas de contenção de efluentes oleosos, deverá realizar testes hidráulicos para verificação de estanqueidade e escoamento do efluente.

**Emissões Atmosféricas**

1. As emissões atmosféricas de gases ou material particulado de fontes fixas, móveis ou pontuais devem ser evitadas/controladas garantindo conformidade com a legislação ambiental vigente;
2. Os veículos movidos a diesel deverão garantir o cumprimento dos limites de emissão de fumaça preta conforme disposto na Portaria IBAMA nº 85 de 1996, devendo passar por monitoramento para medição de fumaça preta. A COAMB efetua o controle de fumaça preta dos veículos de sua responsabilidade direta e indireta, assim, será solicitado, quando couber, duas vezes ao ano evidencias da execução do controle pela contratada;
3. As atividades que envolvem movimentação de terra, transporte de granéis, manuseio ou estocagem de materiais pulverulentos ou quaisquer outras atividades geradoras de emissão de poeira/particulados deverão ser controladas por meio de enclausuramento, umectação, aspersão de água, uso de aglomerantes ou supressores de poeira, sistema de despoeiramento ou outras formas adequadas de controle de emissões;

**Controle Operacional Ambiental de Gestão de Resíduos Sólidos, líquidos Industriais e Domésticos**

1. Controlar a geração de resíduos (conhecer a quantidade gerada e sua destinação), procedendo sua gestão em conformidade com as práticas da Gestão de Resíduos da EMAP estimulando a maximização da reutilização e da reciclagem e a disposição final adequada dos resíduos gerados;
2. Evitar a contaminação do solo, das águas superficiais e das águas subterrâneas, utilizando-se da segregação rigorosa dos resíduos e de procedimentos que proporcionem que o manuseio, o acondicionamento, o armazenamento, o transporte e a disposição final dos resíduos sejam realizados adequadamente.
3. Em caso de vazamento, sempre possuir um kit de emergência ambiental e realizar o fluxo de emergência 3231-7444 / 98454-9662;
   * + 1. Praticar a coleta seletiva e evitar a disposição de resíduos de qualquer natureza no solo;
       2. Os coletores de resíduos de responsabilidade da EMAP são para uso dos usuários do Porto do Itaqui, não sendo permitido o uso de empresas. Cada contratada deve dispor de coletores em tamanho e quantidade suficientes para a execução do objeto contratado.
       3. Utilizar para o acondicionamento de óleo ou graxa ou outro resíduo contaminado com óleo, coletores identificados com tampa em bom estado de conservação, sem ferrugem ou amassados e com a identificação adequada, como por exemplo: tambores, containers, tanques, entre outros;
       4. Utilizar veículo apropriado para cada tipo/categoria de resíduos e em boas condições de operação;
       5. Caso seja de responsabilidade da contratada dar disposição final aos resíduos gerados nos serviços, apresentar ao fiscal do contrato as alternativas escolhidas, antes do início dos serviços, para que as mesmas sejam incluídas no processo de homologação das empresas destinatárias de resíduos da EMAP;
       6. Caso seja de responsabilidade da contratada da disposição final dos resíduos gerados nos serviços, este deverá manter registros e documentações referentes a esta disposição, e disponibiliza-las à EMAP, quando solicitado;
       7. Para o gerenciamento dos resíduos – etapas de transporte e destinação de resíduos – a empresa deverá ser devidamente habilitada e para execução de atividades na área primária do Porto do Itaqui deve ser, também, credenciada no Procedimento EMAP PC-57: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO PORTO DO ITAQUI

**Produtos Químicos**

As orientações a seguir descrevem diretrizes e critérios para eliminar, controlar e/ou minimizar os riscos de acidentes às pessoas, ao meio ambiente e aos patrimônios decorrentes do acondicionamento, transporte, armazenamento, manuseio, uso e pós-uso de produtos químicos. A EMAP também define os produtos químicos proibidos para aquisição no âmbito de suas unidades operacionais, das empresas controladas e coligadas, conforme Procedimento EMAP-PC 110 MOVIMENTAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE CARGAS PERIGOSAS E PRODUTOS QUÍMICOS.

1. Deve ser informado ao representante da EMAP os produtos químicos utilizados no trabalho, de maneira que possam pôr em prática programas eficazes de proteção dos trabalhadores contra os perigos provocados pelos produtos químicos.
2. FO fornecedor deve prover a Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ, seguindo requisitos estabelecidos em normas.
3. Os produtos químicos devem ser acondicionados e transportados considerando os requisitos definidos na FISPQ;
4. O transporte de produtos químicos perigosos deve ser acompanhado da respectiva Ficha de Emergência;
5. A prática de rotulagem deverá ser adotada em todas as embalagens, contêineres e tanques de armazenagens, conforme considerado apropriado por padrões nacionais ou internacionais. Esta rotulagem deverá identificar claramente o produto transportado;
6. As embalagens utilizadas no transporte terrestre de produtos perigosos deverão ser certificadas por Organismos de Certificação de Produtos (OCP), acreditados pelo INMETRO ou outras organizações acreditadoras;
7. O transporte terrestre de produtos perigosos deve atender aos requisitos especificados em legislação;
8. Os veículos ou equipamentos a serem utilizados, devem estar devidamente identificados quanto aos produtos transportados.
9. Os produtos químicos perigosos devem ser armazenados conforme requisitos estabelecidos em legislação, definidos pelo fornecedor e por procedimentos internos da EMAP;
10. Todo o pessoal envolvido no manuseio de produtos químicos deve receber capacitação específica, considerando os requisitos especificados na FISPQ. Evidencias de treinamentos serão solicitadas anualmente conforme procedimento interno;
11. A área de manuseio de produtos químicos deve estar protegida e devidamente sinalizada para evitar acidentes;
12. Para tratamento e disposição de produtos, restos dos produtos e embalagem usadas considerar os requisitos especificados na FISPQ.
13. Abastecimento de combustível de veículos, máquinas e equipamentos deverá ocorrer com caminhão comboio devidamente sinalizado, equipado com itens e dispositivos de segurança e de controle ambiental para execução da atividade. O caminhão deverá estar habilitado, assim como os envolvidos no abastecimento. Para abastecimento de pequeno volume (até 50 litros) devem ser utilizados dispositivos adequados que visem a segurança da atividade.

**Transporte de carga geral**

As ações a seguir descrevem como deve ser realizado o controle operacional ambiental do transporte de carga geral nas áreas da EMAP:

1. Para veículos movidos a óleo Diesel: deve ser comprovada a criação implementação (treinamentos) do Programa Interno de Autofiscalização da Correta Manutenção da Frota quanto a Emissão de Fumaça Preta (Ver item D.2);
2. Apresentação de cópias das licenças e/ou certificados necessários de acordo com o Órgão Ambiental local para o transporte de carga perigosa;

**A obra ou serviço que utilizar insumos como pedra, areia, brita, madeira, agua bruta e agua potável deve apresentar um documento informando a origem do insumo.**

**ORIENTAÇÕES RELATIVAS À SAÚDE**

As documentações de saúde são o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO da empresa e os Atestados de Saúde Ocupacional - ASOs dos funcionários.

**ORIENTAÇÕES RELATIVAS À DADOS PESSOAIS**

Assegurar que o acesso e tratamento de dados pessoais dos representantes da contratante (EMAP) se dará exclusivamente para a execução do contrato, devendo resguardá-los de acessos indevidos e incidentes e, ao final da vigência do contrato, deverá providenciar a eliminação destes de sua base de dados.

**ORIENTAÇÕES RELATIVAS À TECONOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

Não há recomendações por parte da Gerência de Tecnologia da Informação - GETIN para essa contratação.

# VALOR ESTIMADO E DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

Conforme a lei 13.303/2016, art. 34, o valor estimado do contrato celebrado por empresa pública será de caráter sigiloso.

Dessa forma, disponibilizam-se os modelos da Planilha Orçamentária Sintética, BDI, Encargos Sociais em anexo a este Termo de Referência.

Nos preços estão incluídas todas as despesas com mão-de-obra, materiais, andaimes, equipamentos, EPI´s, EPC’s alimentação, transporte, tributos e taxas, assim como quaisquer outras que incidirem de forma direta ou indiretamente à necessária e perfeita execução dos serviços, objeto do presente Termo de Referência.

O preço proposto para execução do contrato, objeto desta licitação será fixo, expresso em reais (R$) e se referirão à data de apresentação das propostas, válidas por 60 (sessenta) dias.

Na composição dos preços unitários, a licitante deverá utilizar 02 (duas) casas decimais TRUNCADAS (PADRÃO TCU) para evitar correções futuras nas PROPOSTAS DE PREÇOS.

Há Disponibilidade Orçamentária no CAPEX 2023/2024/2025.

# GESTÃO DA FISCALIZAÇÃO

Todo contrato deve ser acompanhado por um gestor de contrato, representante da Administração Pública, sendo:

* Previamente designado e qualificado pela autoridade signatária do contrato, por parte da Administração.

Os serviços serão fiscalizados por representante da Gerência de Implantação e Obras, que ficará responsável pela comprovação da execução dos serviços exigidos neste Termo e em atestar a Nota fiscal, devendo este ser substituído, no caso de seu impedimento, por outro funcionário indicado pela mesma fonte, a seu exclusivo juízo.

As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização devem ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

O fiscal do contrato terá poderes para:

* Transmitir à CONTRATADA as determinações que julgar necessárias;
* Recusar os serviços que não tenham sido realizados de acordo com as condições ajustadas;
* Ordenar a imediata retirada de suas dependências, de empregados da CONTRATADA, cuja permanência seja inconveniente, ou que venha embaraçar ou dificultar a ação fiscalizadora, correndo por exclusiva conta da CONTRATADA quaisquer ônus decorrentes das leis trabalhistas e previdenciárias, bem como qualquer outra que tal fato imponha;
* Acusar a falta de atendimento às solicitações por parte da CONTRATADA, bem como o atendimento inadequado, incompleto e/ou retardatário, notificando-a para que proceda à imediata regularização, sob pena de serem aplicadas as sanções e penalidades previstas neste instrumento e na lei.

A ação ou omissão total ou parcial da Fiscalização da EMAP não eximirá à CONTRATADA da responsabilidade por eventuais vícios da execução dos serviços, objeto da contratação.

A Fiscalização não aceitará a alegação de atraso dos serviços devido ao não fornecimento tempestivo dos materiais pelos fornecedores, nem tão pouco a transferência de qualquer responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros, entre outros.

A partir do quinto dia de atraso na execução do cronograma físico-financeiro ou o descumprimento de quaisquer obrigações previstas no edital e no contrato, a FISCALIZAÇÃO poderá aplicar advertência, desde que não configure hipótese de aplicação de sansão mais grave, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis.

A Fiscalização deverá registrar avaliação da Contratada nos quesitos atendimento, qualidade, segurança e meio ambiente, sempre ao fechamento de cada Medição. Podendo a qualquer momento reavaliar a comprovação de capacidade técnica declarada e a quaisquer quantidades, rever ou suspender a Contratada, caso não atenda ao potencial exigido para este objeto.

A qualquer tempo a Fiscalização poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da Contratada, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos. Desta decisão cabe recurso à Contratada em até 03 (três) dias úteis após a comunicação da Fiscalização.

A Fiscalização conduzirá as reuniões periódicas, as quais serão documentadas por Atas de Reunião e que conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões, datas das ações e responsáveis pelas providências a serem tomadas.

As reuniões realizadas serão documentadas por Atas de Reunião, elaboradas pela FISCALIZAÇÃO e que conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões, datas das ações e responsáveis pelas providências a serem tomadas.

# SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Conforme Art. 83 da lei 13.303/2016, a inexecução total ou parcial do Contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital e no Contrato, sujeitará a Contratada, garantida a prévia defesa, e sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

1. Advertências;
2. Multas;
3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a EMAP.

Quanto a alínea “**a) Advertência**” poderá ser aplicada por meio de “Termo de Notificação”, quando da ocorrência de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação. No caso de três advertências pelo mesmo motivo, está se converterá em multa conforme o grau da ocorrência. A Contratada será advertida por meio de Termo de Notificação emitido pela Fiscalização da EMAP.

A partir do quinto dia de atraso na execução do cronograma físico-financeiro, a Fiscalização poderá advertir a Contratada, desde que não configure hipótese de aplicação de sansão mais grave, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis.

Após a aplicação da advertência, a Contratada se obriga a respondê-la no prazo informado com as ações para a correção dos problemas apontados pela Fiscalização.

Quanto a alínea “**b)** **Multa compensatória incidente por dia ou por ocorrência”**, até o limite de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

A tabela a seguir mostra a relação entre as obrigações da Contratada e a graduação da multa em caso de descumprimento da respectiva obrigação.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Pontos de responsabilidade da Contratada** | **Grau** | **Multa** | **Prazos** |
| Manter, durante a vigência do Contrato as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação e classificação no processo licitatório, em especial a equipe técnica, indicada para fins de capacitação técnico-profissional, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Fiscalização da EMAP. | 01 | 0,01% | Por dia de atraso, a contar da comunicação oficial. |
| Disponibilizar durante a vigência do Contrato equipe técnica, responsável pela elaboração dos projetos e documentos, em container/escritório na poligonal do Porto do Itaqui em São Luís – MA. | 01 | 0,01% | Por dia de atraso, a contar da comunicação oficial. |
| Elaborar e apresentar, conforme constante no Cronograma, o PROJETO BÁSICO, COM DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA para avaliação da FISCALIZAÇÃO da EMAP, o qual deverá abordar, de forma clara, completa e integral as especificações descritas neste Termo e/ou nas Reuniões de Entendimento de Escopo. | 03 | 0,05% | Por dia de atraso, a contar da comunicação oficial. |
| Elaborar e apresentar, conforme constante no Cronograma, o PROJETO EXECUTIVO, COM DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA para avaliação da FISCALIZAÇÃO da EMAP, o qual deverá abordar, de forma clara, completa e integral as especificações descritas neste Termo e/ou nas Reuniões de Entendimento de Escopo. | 03 | 0,05% | Por dia de atraso, a contar da comunicação oficial. |
| Substituir, quando rejeitados, os equipamentos, os materiais e os serviços, dentro do prazo estabelecido pela Fiscalização. | 01 | 0,01% | Por dia de atraso, a contar da comunicação oficial. |
| Facilitar o pleno exercício das funções da Fiscalização. O não atendimento das solicitações feitas pela Fiscalização será considerado motivo para aplicação das sanções contratuais. | 01 | 0,01% | Por ocorrência. |
| Após a emissão da Ordem de Serviço, no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, providenciar a ART ou RRT, no CREA ou no CAU, respectivamente, dos profissionais responsáveis pelos serviços que serão executados, entregando uma via de cada anotação à Fiscalização e outra aos profissionais mobilizados. Estes comprovantes são indispensáveis para o início dos serviços por parte dos profissionais mobilizados. | 02 | 0,03% | Por dia de atraso, a contar da comunicação oficial. |
| Entregar os documentos de Saúde e Segurança, Meio Ambiente e do planejamento dos serviços até a data limite informada pela Fiscalização. | 01 | 0,01% | Por dia de atraso, a contar da comunicação oficial. |
| Impedir ou prejudicar o fluxo viário do Porto do Itaqui. | 03 | 0,05% | Por dia de atraso, a contar da notificação oficial |
| Cumprir o cronograma de execução da obra. | 03 | 0,05% | Por dia de atraso, a contar da notificação oficial |
| Cumprir as normas de Saúde, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente | 03 | 0,05% | Por dia de atraso, a contar da notificação oficial |

Tabela 3 - Pontos de Responsabilidade da Contratada

Para os casos em que as infrações precedem a emissão da Ordem de Serviço, a multa será calculada sobre o valor da primeira etapa da Planilha de Serviços, ou seja, sobre o grupo de Serviços Iniciais, conforme os percentuais atribuídos a cada grau de infração descritos na tabela anterior.

A aplicação da multa moratória, após regular processo administrativo, não impede que a EMAP rescinda o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis, descritas nas alíneas “a” e “c”.

Após a aplicação de 03 (três) advertências com a mesma motivação, a Fiscalização deverá abrir processo para a aplicação de Multa.

Quanto a alínea “**c)** **Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a EMAP**” pelo prazo de até 02 (dois) anos. Serão motivos suficientes para emissão de penalidade disposta na alínea “c”:

* Abandono do Contrato por um período superior a 30 dias;
* Falsificação de qualquer documentação de comprovação de condições de habilitação identificada em qualquer fase do Contrato.

A Contratada que for sancionada conforme alínea “c” será declarada como inidônea para licitar e contratar com a EMAP e permanecerá nesta condição enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a EMAP, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e/ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

As multas poderão ser aplicadas cumulativamente, caso um mesmo evento se enquadre em mais de uma das hipóteses citadas nos subitens acima listados.

A aplicação de qualquer uma das penalidades previstas realizar-se-á por meio de processo administrativo em que se assegurará o contraditório e a ampla defesa, por parte da Contratada.

A EMAP, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta da Contratada, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à EMAP, observando o princípio da proporcionalidade.

As multas devidas e/ou os prejuízos causados à EMAP serão descontadas da Garantia de Execução do Contrato e em caso de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Após aplicação da penalidade, a Contratada terá o prazo máximo de até 10 dias para apresentação do recurso administrativo protocolado junto a EMAP.

Em caso de acolhimento das justificativas apresentadas pela Contratada, o valor retido correspondente à multa calculada, será devolvido à Contratada, não se aplicando atualização financeira de qualquer natureza.

# DOS TERMOS ADITIVOS

Nos termos do § 8° do artigo 81° da Lei nº 13.303/2016, é vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na matriz de riscos, como de responsabilidade da contratada, exceto nos seguintes casos:

1. para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual;
2. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, desde que não decorrentes de erros ou omissões por parte da CONTRATADA.

# ANÁLISE DE RISCO PARA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Os riscos inerentes ao processo, nas fases de contratação do referido Termo de Referência e ao posterior desenvolvimento das atividades contratadas, são:

1. Prejuízos financeiros a EMAP relativos à mão-de-obra empregada para elaboração de todo o processo licitatório;
2. Aumento de filas (pedestres e veículos para acesso ao porto);
3. Aumento de tempo para carregar/descarregar navios por meio do uso de caminhões;
4. Risco de acidentes nas Av. Itapecuru e Mearim;
5. Redução do atendimento aos clientes atuais e futuros;
6. Impacto negativo para imagem da EMAP e do Porto do Itaqui;
7. Risco a segurança e ao meio ambiente.

Desta forma, deverá ser exigida da Contratada a apresentação à EMAP, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado da data da assinatura do Contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global contratado, com validade para todo o período contratual, conforme parágrafo 2º do artigo 70º da lei 13.303/2016.

A garantia citada deverá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

1. **Caução em dinheiro:** Se a opção de garantia for a caução em dinheiro, a CONTRATADA deverá solicitar informações à EMAP referentes ao nome da instituição financeira, aos números da conta corrente e da agência bancária, e ao código identificador, para efeito de depósito do crédito, sendo que o valor caucionado será restituído considerando-se os critérios vigentes de remuneração da poupança aplicados à época da devolução
2. **Fiança bancária.**

Se a opção de garantia for fiança bancária, a EMAP aceitará cartas de fiança bancária emitidas em favor da Contratada, desde que:

* 1. Emitidas por bancos comerciais, de investimento e/ou múltiplos, autorizados a funcionar no Brasil, segundo a legislação brasileira e o regulamento próprio do setor financeiro;
  2. Os bancos observem as vedações do Conselho Monetário Nacional quanto aos limites de endividamento e diversificação do risco;
  3. Não sejam acrescentadas cláusulas que eximam a CONTRATADA de suas responsabilidades;
  4. Contendo firmas dos representantes legais do fiador reconhecidas;
  5. Contendo assinaturas de duas testemunhas;
  6. Contendo rubrica no anverso e nas demais páginas que não contenham assinaturas;
  7. Seja entregue em sua forma original, não sendo aceitas cópias de qualquer natureza;
  8. O banco possua sistema para verificação de autenticidade.

1. **Seguro-garantia**: se a opção de garantia for fiança bancária, a EMAP aceitará cartas de fiança bancária emitidas em favor da Contratada, desde que:
2. Via original da apólice completa, ou seja, com as Especificações Técnicas do Seguro, Condições Gerais e as Condições Especiais da Garantia, impressas em seu verso ou anexas. Alternativamente, poderá ser emitida apólice com certificação digital.
3. O seguro-garantia e suas condições gerais deverão atender aos anexos I e II da Circular SUSEP nº 232, de 03 de junho de 2003.
4. O seguro-garantia deverá ser livre de franquia.
5. Na apólice mencionada deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:
   1. Número completo da licitação ou, quando se tratar de aditamento, o número do Contrato
   2. Objeto a ser contratado, especificado no Edital
   3. Nome e número do CNPJ do Segurado
   4. Nome e número do CNPJ do emitente (Seguradora)
   5. Nome e número do CNPJ da Contratada (Tomadora da apólice).

As apólices de seguro, em todas as suas modalidades, e/ou cartas de fiança, e seus endossos e aditamentos, devem expressar a EMAP como “Segurada” e especificar claramente o objeto do seguro de acordo com este Termo de Referência.

O valor caucionado será restituído considerando-se os critérios vigentes de remuneração da poupança aplicados à época da devolução.

A garantia prestada na forma escolhida pelo licitante deverá ser entregue à EMAP, localizada na Avenida dos Portugueses, s/nº, Porto do Itaqui, CEP:65085-370, São Luís – MA, que emitirá o respectivo recibo de recebimento. Cópia desse recibo deverá ser entregue pela CONTRATADA.

A garantia prestada deverá formalmente cobrir pagamentos não efetuados pela CONTRATADA referente à:

1. Prejuízos ou danos causados à EMAP;
2. Prejuízos ou danos causados a terceiros pela Contratada;
3. Toda e qualquer multa contratual;
4. Débitos da empresa para com os encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas relacionados com o Contrato, tais como: INSS, FGTS, impostos, salários, vale-transporte, vale-refeição, verbas rescisórias etc.;
5. Quaisquer obrigações não cumpridas pela CONTRATADA em relação ao Contrato, previstas no ordenamento jurídico do país;
6. Multas aplicadas por órgãos oficiais.

No caso de rescisão do Contrato por culpa da Contratada, não será devolvida a garantia, responsabilizando-se a Contratada por perdas e danos causados à EMAP, além de sujeitar-se a outras penalidades previstas na lei.

A garantia será liberada após a integral execução do Contrato, desde que o licitante contratado tenha cumprido todas as obrigações contratuais.

# REQUISITOS TÉCNICOS

**CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL**

1. Prova de inscrição ou registro do licitante, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, que comprove atividade relacionada com o objeto;
2. Apresentação de atestado(s), fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que não o próprio licitante, comprovando que a licitante executou satisfatoriamente, serviço/obra compatível com o objeto desta licitação, observada a parcela de maior relevância e valor significativo delimitada a seguir:
3. Execução de obra de pavimentação asfáltica de no mínimo 1.000.m2;
4. Execução de obra de Rede Coletora de no mínimo 1.000m;
5. Execução de Estação de Tratamento de Esgoto com instalação de Equipamentos

**QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - PROFISSIONAL**

Para atendimento à qualificação técnico-profissional, comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, na data de apresentação das propostas, profissional(is), reconhecido(s) pelo CREA ou pelo CAU, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no Conselho de Classe da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedidas por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is), executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não o próprio licitante (CNPJ diferente).

1. Execução de obra de pavimentação asfáltica;
2. Execução de obra de Rede Coletora;
3. Execução de Estação de Tratamento de Esgoto com instalação de Equipamentos

Os profissionais indicados pelo licitante, para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional, devem participar da obra ou serviço objeto deste Termo de Referência, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

**Obs1:** Não será aceito atestado de obra ou projeto inacabados, executada parcialmente ou em andamento, exceto se fundamentado na Resolução 1.025 de 30/10/2009 do CONFEA.

**Obs2:** Não será aceito atestado de capacitação técnica PARCIAL ou de SUBCONTRATADA, exceto se fundamentado na Resolução 1.025 de 30/10/2009 do CONFEA.

**Obs3:** Não será aceito atestado de fiscalização ou coordenação de Obra.

**Obs.4:** Os profissionais indicados pelo licitante, para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional, devem participar da obra ou serviço objeto deste Termo de Referência, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

**DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**

Serão necessários os documentos a seguir:

1. Planilha orçamentária em formato xls.
2. Cronograma físico-financeiro de desembolso em formato xls.
3. Planilha de Benefícios e Despesas Indiretas - BDI.

O BDI, que incidirá sobre o somatório dos custos totais de cada item de serviço, deverá estar apresentado à parte, ao final da planilha sintética, sendo ali necessariamente detalhada sua composição.

Cada licitante deverá compor sua taxa de BDI com base em fórmula apresentada adiante, levando em conta que nesta taxa deverão estar considerados, além dos impostos, as despesas indiretas não explicitadas na planilha orçamentária e o lucro.

Na composição da taxa de BDI, não deverão ser alocados os percentuais relativos ao IRPJ e CSLL, consoante Acórdão 325/2007-TCU/Plenário.

Os tributos Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL não devem integrar o cálculo do BDI, nem a planilha de custo direto, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalísticas que oneram pessoalmente o contratado, não devendo ser repassado à contratante.

A fórmula adotada pela EMAP para cálculo do BDI, de Acórdão 2369/2011-TCU/Plenário, é:

onde:

AC = É a taxa de rateio da Administração Central;

S = É uma taxa representativa de Seguros;

R = Corresponde aos riscos e imprevistos;

G = É a taxa representativa o ônus das garantias exigidas em edital;

DF = É a taxa representativa das despesas financeiras;

L = Corresponde ao lucro bruto;

I = É a taxa representativa dos impostos (PIS, CONFINS e ISS).

Para as propostas de preços da empresa que se declararem ME e EPP comprovadamente optante do Simples Nacional deve estar de acordo com as disposições previstas na LC 123/2006 quanto aos tributos que integram a composição de BDI e às contribuições do Sistema S que compõem os encargos sociais da obra, por se tratar de um regime diferenciado e favorecido dispensado às ME e EPP por força de expressa previsão constitucional, de modo que os benefícios tributários conferidos pelo Simples Nacional estejam devidamente refletidos nos preços contratados pela Administração Pública.

# OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1 A Contratada apresentará um Gestor ou Preposto, para a execução dos serviços objeto do contrato, indicando à Fiscalização os nomes e registros profissionais de toda a equipe técnica, ao qual lhe compete:

1. Coordenar as relações da empresa com o gestor do contrato;
2. Gerenciar os serviços;
   1. Receber as notificações do gestor do contrato e da autoridade máxima do órgão ou entidade.
   2. Os fatos que possam determinar prorrogação de prazo, reajustamento do valor contratual ou justificação de mora só podem ser considerados se estiverem motivados.
   3. Manter equipe técnica disponível no Porto do Itaqui em São Luís-MA até a finalização das atividades.
   4. Entregar todas as Composições de custo unitário – CPU após aprovação do projeto executivo para gerenciadora/fiscalização.
   5. É de responsabilidade da CONTRATADA adquirir os cartões RFID, que permitem acesso a área primária do Porto do Itaqui desde o início da Obra.
   6. Entregar, no prazo de 15 (quinze) dias corridos após a reunião de *Kickoff*, todos os documentos, planos e cronogramas previstos no item 22 (Metodologia e Organização dos Trabalhos).
   7. Sanar os vícios de quaisquer serviços que possam comprometer a adequada utilização do objeto deste Termo de Referência.
   8. Destinar adequadamente, a local ambientalmente correto, os resíduos da obra.
   9. Executar o empreendimento, aplicando processos, materiais, componentes, subcomponentes, equipamentos e ferramentas, respeitando os projetos e as determinações técnicas.
   10. Fornecer à Contratante e/ou gerenciadora toda documentação referente ao empreendimento, além de prestar as informações necessárias nos casos omissos ou duvidosos.
   11. Realizar a substituição de qualquer membro de sua equipe técnica, quando solicitado pela FISCALIZAÇÃO, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos. À solicitação de substituição feita pela FISCALIZAÇÃO, cabe recurso, pela CONTRATADA, no prazo de 3 (três) dias.
   12. Indicar representante (preposto) com registro em Conselho de Classe local, devidamente em dias, sendo necessário que o mesmo esteja no local da execução dos serviços.
   13. É obrigação do contratado manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório;
   14. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à empresa pública ou sociedade de economia mista, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, nos termos do art. 76 da Lei Federal nº 13.303/2016.
   15. Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, securitários, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo, conforme dita o art. 77 da lei 13.303/16.
   16. Manter-se adimplente para com os encargos deste serviço, sendo que a inadimplência não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem pode onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis, observando-se o seguinte:

I - Em relação à seguridade social:

A vedação à contratação de quem esteja em situação irregular

II - Em relação às contribuições e pagamentos;

A necessidade de pagar os serviços quando a inadimplência for superveniente à contratação;

O dever de providenciar oportunamente a rescisão dos contratos contínuos quando o contratado permanecer em situação de inadimplência;

O dever de reter as contribuições incidentes nos pagamentos efetuados, correspondentes aos empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4° do Art. 31 da Lei n°9.032, de abril de 1995.

III - Em relação aos encargos trabalhistas, inclusive parcelas remuneratórias e indenizatórias:

O dever de fiscalizar, por amostragem;

A necessidade de registrar, no livro de ocorrências ou no diário de obras, a fiscalização ocorrida;

A possibilidade de o contrato prever a retenção mensal das parcelas de provisão de quitação, a qual será paga ao contratado se incorrer nessas despesas com a apresentação, após o término do contrato, dos recibos de rescisão homologados pelo sindicato ou Superintendência Regional do Trabalho e Emprego.

* 1. Manter em seu quadro de empregados, durante toda a execução do contrato, egressos do sistema prisional nas seguintes proporções:

a) 5% (cinco por cento) das vagas, quando a contratação de 20(vinte) ou mais trabalhadores;

b) 1 (uma vaga), quando da contratação de 6 (seis) a 19 (dezenove) trabalhadores.

A reserva de vaga constante neste subitem será exigida da vencedora da licitação quando da execução do contrato.

* 1. Apresentar, logo no início do contrato o plano de trabalho; composições de custo unitário para cada linha de serviço constante na planilha orçamentária deixando explícito os encargos sociais e complementares e BDI; validação do cronograma físico-financeiro do projeto (desembolso); matriz de risco; equipamentos e recursos técnicos a serem utilizados; métodos de gestão que assegurem a qualidade dos serviços, organização das equipes técnicas e administrativas;
  2. Submeter à aprovação da GERENCIADORA/FISCALIZAÇÃO os desenhos auxiliares que por ventura venham a ser elaborados pela CONTRATADA para facilitar seus trabalhos.
  3. Executar os serviços rigorosamente em conformidade com todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.
  4. Entregar todos os equipamentos constantes do objeto deste contrato novos e com o prazo de garantia mínima de 12 (doze) meses, contados da data do fornecimento (data de recebimento pela fiscalização) dos mesmos.
  5. Manter os profissionais que executarão os serviços, objeto deste Termo de Referência, devidamente identificados mediante a utilização de crachá.
  6. Fornecer os equipamentos de segurança individuais (EPI’s) e equipamentos de proteção coletiva (EPC’s) adequados e compatíveis com o tipo de exposição ao risco, a todos os profissionais que executarão os serviços, objeto deste Projeto.
  7. Responder perante o Contratante e terceiros pela cobertura dos riscos e acidente de trabalho dos seus empregados, prepostos ou contratados, bem como por todos os ônus, encargos, perdas e danos, porventura resultantes da execução dos serviços contratados.
  8. Utilizar as marcas e produtos indicados nas plantas, especificações e listas de material ou similar se devidamente comprovado seu desempenho através de testes e ensaios previstos por normas e desde que previamente aceito pela GERENCIADORA/FISCALIZAÇÃO.
  9. Providenciar em conjunto com a EMAP as licenças para execução dos serviços, dependentes de quaisquer autoridades federais, estaduais e/ou municipais. (Licença de Instalação, autorização ao Corpo de Bombeiros).
  10. Apresentar Certificado de matrícula da obra de construção civil - CEI, obtido no Instituto Nacional do Seguro Social, no prazo de 30 (trinta) dias contados do início de suas atividades.
  11. Realizar os serviços solicitados pela GERENCIADORA/EMAP, com a observância dos prazos por ela determinados.
  12. Expor a metodologia proposta, antes de iniciar os trabalhos, de modo a esclarecer os dirigentes e corpo técnico da GERENCIADORA/EMAP acerca do que se pretende fazer e os meios que serão utilizados, além de coletar as sugestões e orientações da equipe de acompanhamento constituída.
  13. Responder, em relação aos seus técnicos, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo governo ou vantagens decorrentes de convenção coletiva.
  14. Responder pelos danos causados diretamente à EMAP ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo em razão da execução dos serviços em apreço.
  15. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da rejeição de serviços pela GERENCIADORA/FISCALIZAÇÃO, bem como pelos atrasos acarretados por esta rejeição.
  16. Responder, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais como do solo, conforme art. 618 do Código Civil.
  17. Manter os seus técnicos sujeitos às normas procedimentais da EMAP, porém sem qualquer vínculo com a CONTRATANTE.
  18. Comunicar-se com a GERÊNCIA DE SAÚDE E SEGURANÇA – GESAS e a GERÊNCIA DE MEIO AMBIENTE - GEAMB, no início do contrato, para tomar ciência de todas as normas relativas à saúde, segurança e meio ambiente e os procedimentos de ambientação e cumpri-las fielmente.
  19. Cumprir as normas constantes do Caderno de Saúde, Segurança e Meio Ambiente da EMAP. Relativo aos procedimentos PO-18, PC-34, PC-39, PC-41, PC-42 e PC-57. Se necessárias informações adicionais, as mesmas poderão ser solicitadas pelo e-mail cls@emap.ma.gov.br.
  20. Reunir-se com os órgãos aduaneiros e de fiscalização e demais players envolvidos sempre que necessário.
  21. Responsabilizar-se por todo o transporte necessário à prestação dos serviços contratados, inclusive os maus executados, quando requerido pela GERENCIADORA/FISCALIZAÇÃO ou esteja previsto neste Termo de Referência.
  22. Comunicar à GERENCIADORA/FISCALIZAÇÃO da EMAP qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.
  23. Manter, por si e por técnicos e/ou prepostos, em total e irrestrita confidencialidade, todas as condições, o escopo e as informações recebidas em razão dos serviços e durante a execução dos trabalhos, as quais constarão exclusivamente dos arquivos e dos relatórios que vierem a ser emitidos.
  24. Não utilizar e/ou divulgar a terceiros, por si e por seus técnicos e/ou prepostos, o escopo do trabalho contratado, as informações que venham a obter junto à EMAP, assim como os resultados dos serviços.
  25. Atender às solicitações de serviços de acordo com as especificações técnicas.
  26. Manter informado o técnico responsável da GERENCIADORA/EMAP, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.
  27. Esclarecer as inconsistências ou dúvidas verificadas na documentação entregue no máximo de 07 (sete) dias corridos, contados a partir do recebimento da diligência da GERENCIADORA/EMAP.
  28. Respeitar as Normas e Procedimentos de Controle de Acesso às Dependências da EMAP e do Porto do Itaqui, quando necessário a presença da empresa na região portuária.
  29. Seguir os procedimentos do SGE – Sistema de Gestão da Qualidade da EMAP e do Porto do Itaqui.
  30. Garantir o atendimento às especificações do projeto detalhando quanto ao uso dos materiais, dimensões/tolerâncias indicadas nos desenhos, qualidade da fabricação nas suas diversas etapas.
  31. Realizar sob suas custas, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização, os testes, ensaios, exames e provas necessários ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme item 7.2.8 da publicação: Obras Públicas: Recomendações Básicas para a Contratação e Fiscalização de Obras de Edificações Públicas.
  32. Entregar à Contratante o projeto as built - detalhamento construtivo através do protocolo da EMAP em meio físico (impresso) e digital (mídia digital em CD ou pen drive). Para a entrega do as built - detalhamento construtivo deverá ser solicitado uma prancha padrão com o carimbo padronizado junto a Contratante, assim como as codificações dos projetos.
  33. O Contratado deverá apresentar a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica ou RRT – Registro de Responsabilidade Técnica ou RRT – Registro de Responsabilidade Técnica, contendo os seguintes serviços:

• Execução dos serviços objeto desta contratação (execução de projeto e obra);

• Elaboração de Data Book. O Data Book compreenderá os seguintes itens:

1. Relatórios Técnicos e Fotográficos;

2. Topografias e sondagens de confirmação;

3. Laudos e resultados de laboratórios

4. Comprovação de qualidade dos materiais empregados

5. *As built;*

6. Notas Fiscais de equipamentos;

7. Planos de manutenção;

8. Atualização do Memorial Descritivo.

* 1. A CONTRATADA deverá garantir o atendimento às especificações do projeto detalhado quanto ao uso dos materiais, ensaios, dimensões/tolerâncias indicadas nos desenhos, qualidade da fabricação nas suas diversas etapas.
  2. A Contratada deverá seguir integralmente o plano de comissionamento, emitindo os respectivos relatórios.
  3. Apresentar/Atualizar e entregar quinzenalmente Indicador de Performance - Curva “S”, Indicador de Performance LDD (com prazos de entrega) e Indicador de Redução das Falhas apontadas nas RAP´s, assim como, tomar ações para melhoria (se necessário) dos referidos indicadores.
  4. O descumprimento reiterado das disposições destas obrigações e a manutenção da CONTRATADA em situação irregular perante suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicará rescisão do Contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades nele previstas e demais cominações legais.
  5. Assegurar que o acesso e tratamento de dados pessoais dos representantes da contratante (EMAP) se dará exclusivamente para a execução do contrato, devendo resguardá-los de acessos indevidos e incidentes e, ao final da vigência do contrato, deverá providenciar a eliminação destes de sua base de dados.

# OBRIGAÇÕES DA EMAP

* 1. Designar um gestor de contrato, representante da Administração Pública, para acompanhamento do contrato, que anotará as ocorrências em registro próprio, para acoplar no contrato ao término de sua vigência, sendo este:

1. 1 (um) agente previamente designado e qualificado pela autoridade signatária do contrato, por parte da Administração.
   1. Treinar todos os empregados da CONTRATADA no PROAPI (Programa de Ambientação do Porto do Itaqui);
   2. Fornecer à CONTRATADA cópia dos registros realizados e ser informado a cada alteração, desde que solicitado pela mesma;
   3. Comunicar, o preposto, as irregularidades à autoridade designante e ao Controle Interno;
   4. Encaminhar à Contratada os comentários e/ou orientações que julgarem pertinentes para que sejam providenciados os respectivos atendimentos;
   5. Efetuar o pagamento devido à empresa Contratada do serviço, se esta cumprir todas as exigências constantes deste Termo de Referência;
   6. Efetuar o pagamento à empresa Contratada de acordo com as condições de preço e prazo estabelecido neste Termo de Referência.
   7. Permitir o acesso dos empregados da Contratada ao local de prestação dos serviços, desde que atenda todas as determinações da Medicina e Segurança do Trabalho;
   8. Fornecer água e energia elétrica à contratada, necessários à execução dos serviços;
   9. Exigir o fiel cumprimento dos deveres e obrigações da empresa Contratada;
   10. Promover o acompanhamento e FISCALIZAÇÃO dos serviços de acordo com este Termo de Referência;
   11. Anotar em registro próprio os fatos que possam determinar prorrogação de prazo, reajustamento do valor contratual ou justificação de mora, de formar a motivar os mesmos, caso necessário;
   12. Aprovar a indicação pela Contratada do Coordenador responsável pela condução dos serviços;
   13. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da Contratada que embarace a ação da FISCALIZAÇÃO;
   14. Verificar se está sendo colocada à disposição dos serviços a equipe técnica prevista na proposta;
   15. Analisar Indicador de Performance apresentado semanalmente pela empresa contratada, assim como, cobrar ações para melhoria do indicador da contratada.
   16. Esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nas demais informações e instruções complementares deste Termo de Referência, necessárias ao desenvolvimento dos serviços;
   17. Exercer rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos serviços;
   18. Analisar e aprovar as etapas dos serviços executados, em obediência ao previsto neste Termo de Referência;
   19. Verificar e atestar os serviços, bem como conferir, visitar e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela Contratada;
   20. Receber provisoriamente todos os serviços, verificando o atendimento aos comentários efetuados;
   21. Cumprir as regras e condições expostas deste Termo de Referência e no Edital de Licitação;
   22. Permitir a execução do objeto de modo eficiente, fornecendo os meios e condições para que a Contratada possa executar as suas obrigações.

# 19. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

Após a entrega das obras de **Infraestrutura Viária; Sistema de Esgotamento com ETE; Drenagem; realização dos testes operacionais e entrega de *Data Book*** (acompanhado de todos os Projetos executivos, Estudos, Relatórios, Laudos e Anotação de Responsabilidade Técnica e/ou Registro de Responsabilidade Técnica) que se fizerem necessários relacionados aos serviços, conforme definidos neste Termo de Referência e aprovados pela Fiscalização.

A Administração deverá rejeitar, no todo ou parte, os serviços ou fornecimento de materiais que estiverem em desacordo com o contrato.

Não serão recebidos os serviços que caracterizem imperfeições, deformidades, falhas e demais condições que possam possibilitar o aparecimento e a propagação de patologias estruturais e funcionais de parte ou de todo o conjunto da obra.

Os serviços classificados como pendentes pela FISCALIZAÇÃO só serão posteriormente aprovados e recebidos se todas as circunstâncias levantadas e classificadas como vícios e falhas forem devidamente corrigidas e/ou recompostas.

Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

a) Provisoriamente, pela Fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 30 (trinta) dias da comunicação escrita da Contratada;

b) Definitivamente, em período não superior a 90 (noventa) dias, por comissão designada pela administração, mediante termo circunstanciado, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

O recebimento provisório transfere para a Administração a responsabilidade civil pela guarda do bem e autoriza a ocupação do mesmo o recebimento definitivo visa a verificação da qualidade, quantidade e conformidade do material com a proposta e consequente aceitação.

O Recebimento Definitivo somente será efetuado pela EMAP após: a comprovação pela Contratada de pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes sobre o objeto do contrato; e as correções de eventuais problemas ou imperfeições de execução do objeto contratado. Neste caso, o prazo será de 90 dias a contar da data de recebimento provisório.

Se o recebimento não ocorrer nos prazos estabelecidos, o contratado notificará a Administração para fazê-lo no prazo de 5 (cinco) dias, após o qual se caracterizará o recebimento tácito, reputando-se como realizado satisfatoriamente o objeto do contrato.

Em caso de cumprir o item anterior cabe à autoridade superior apurar a responsabilidade pela irregularidade, sob pena de ser condenada solidariamente.

A Administração deve rejeitar, no todo ou em parte, o serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato ou sem os desenhos e memoriais descritivos “como construído” (*as builts*) e demais documentos (acompanhados de Anotação de Responsabilidade Técnica ou Registro Responsabilidade Técnica) que se fizerem necessários relacionados a execução da obra ou serviço.

Salvo disposições em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais, para a boa execução do objeto do contrato, correm por conta do contratado.

A avaliação de fornecedor, no item qualidade, refletirá sobre a aceitação de cada serviço solicitado.

# CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição deverá ser realizada mensalmente, ou em outro período a critério da Fiscalização e da EMAP, em conformidade com o que se encontra descrito no documento Critério de Medição em ANEXO, e como regime de execução será adotado PREÇO GLOBAL.

Para a realização de cada medição deverão ser apresentados todos os documentos oficiais, juntamente com a Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica, além do termo de doação de autoria de cada fase de execução dos projetos (Básico e Executivo), de forma que demonstre a execução de cada item cobrado na medição, devidamente aprovado pela FISCALIZAÇÃO.

Não haverá em nenhuma hipótese, pagamento por antecipação.

# VISITA TÉCNICA

O licitante poderá vistoriar o local onde será executada os serviços objeto deste Termo para inteirar-se das condições e graus de dificuldades existentes, até o segundo dia útil anterior ao da apresentação das propostas, observando os feriados nacionais, estaduais e municipais.

A visita técnica deverá ser realizada na Sede da Empresa Maranhense de Administração Portuária, localizada Av. dos Portugueses, s/n, Cep: 65085-370, Porto do Itaqui em São Luís - MA.

A visita técnica se resume a conhecer o local onde será executada os serviços. Dúvidas relativas aos documentos e seus anexos devem ser enviadas ao e-mail da [csl@emap.ma.gov.br](mailto:csl@emap.ma.gov.br) para que seja respondida pela equipe técnica e posteriormente divulgada a resposta de modo a garantir a isonomia da disputa.

Tendo em vista a faculdade da realização da visita técnica, os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e do grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência deste Termo.

A visita técnica será previamente agendada pela licitante. A EMAP coloca-se à disposição para agendamento de visitas ao local de execução dos serviços, o qual deverá ser previamente solicitado pelo e-mail [copro@emap.ma.gov.br](mailto:copro@emap.ma.gov.br) das 09 às 16 horas, contendo o nome completo da empresa, CNPJ, o(s) nome(s) completo(s) do(s) profissional(is) que realizarão a visita técnica e cópia do documento RG e CPF. Dúvidas relacionadas à visita técnica poderão ser tiradas pelo telefone (98) 3216 6037.

A visita técnica tem como objetivo a análise do local em que serão realizados os serviços, para conhecimento de peculiaridades que possam vir a influenciar nos preços ofertados pelos licitantes.

A visita técnica será acompanhada por representante da EMAP, designado para esse fim, o qual visará à declaração comprobatória da vistoria efetuada.

Em caso de não realização da visita técnica, o licitante deverá apresentar Declaração em duas vias, em papel que identifique a empresa, comprovando que a licitante possui conhecimento do local da obra para constatar as condições de execução e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços. Este documento se constituirá parte integrante e obrigatória para participação deste certame.

# METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS

A CONTRATADA deverá apresentar ao início do contrato, a metodologia a ser utilizada para execução dos trabalhos tais como: plano de trabalho; composições de custo unitário para cada linha de serviço constante na planilha orçamentária deixando explícito os encargos sociais e complementares e BDI; validação do cronograma físico-financeiro do projeto (desembolso); matriz de risco; equipamentos e recursos técnicos a serem utilizados; métodos de gestão que assegurem a qualidade dos serviços, organização das equipes técnicas e administrativas; toda documentação obrigatória relativa à Saúde, Segurança do Trabalho e ao Meio Ambiente e demais informações pertinentes.

As inconsistências ou dúvidas verificadas na documentação entregue terão prazo máximo de 07 (sete) dias corridos, contados a partir do recebimento da diligência pela CONTRATADA, para serem formalmente esclarecidas.

Haverá reuniões de acompanhamento do contrato, com a presença do preposto do mesmo e registro de ações em Ata. A periodicidade e datas das mesmas serão definidas de comum acordo entre a CONTRATADA e a FISCALIZAÇÃO, sendo sugerido que as mesmas ocorram semanalmente, no máximo, quinzenalmente.

A metodologia apresentada pela CONTRATADA deve observar o prazo para conclusão do serviço.

Antes de apresentar sua proposta, a licitante deverá analisar todos os documentos do edital, sendo indispensável ter conhecimento dos locais dos serviços, executando todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrer em omissões, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços.

Para a prestação dos serviços contratados neste escopo, a CONTRATADA deverá atender às Normas ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e/ou Normas Estrangeiras pertinentes.

Os materiais, máquinas e equipamentos a serem empregados, bem como os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:

* Às normas e especificações constantes deste Termo de Referência;
* Às normas da ABNT;
* Às disposições legais da União e do Governo do Estado do Maranhão;
* Instruções técnicas, catálogos de fabricantes, quando aprovados pela FISCALIZAÇÃO;
* Às Normas Internacionais consagradas;
* Às Normas da Autoridade Marítima;
* Às Normas da Capitania dos Portos;
* Às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho;
* Às Normas de Saúde, Meio Ambiente e Segurança da Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP;
* Normas do Corpo de Bombeiros do Estado do Maranhão;
* Outras normas suplementares de órgãos e entidades, quando aplicáveis.

# PAGAMENTO

O pagamento se dará mensalmente, sendo auferido conforme Critério de Medição anexo a este Termo de Referência.

Em caso de constituição de consórcio o pagamento se dará em conta bancária de cada consorciada a ser repassada a EMAP.

A EMAP, no pagamento de obrigações pecuniárias decorrentes de contrato, deve obedecer à estrita ordem cronológica das datas da exigibilidade dos créditos.

A nota fiscal só poderá ser emitida após análise e aprovação do Boletim de Medição pela FISCALIZAÇÃO, e autorização da autoridade competente da EMAP, sendo seu pagamento efetuado no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento da Nota Fiscal acompanhada de toda a documentação necessária.

Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto estiver pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira, que lhe for imposta em virtude da penalidade, ou inadimplência contratual, ou de atraso de pagamento dos encargos sociais (INSS e FGTS) sob responsabilidade da licitante Contratada.

O pagamento da medição estará condicionado à verificação do Cadastro Estadual de Inadimplentes - CEI, conforme Lei Estadual Nº 6.690 de 11 de julho de 1996 e da apresentação das seguintes certidões:

1. Carta de Solicitação de Pagamento oriunda do fornecedor;
2. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
3. Certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
4. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual;
5. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal;
6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
7. Comprovante de Recolhimento do INSS e a declaração do valor devido conforme GEFIP.
8. Comprovante de Recolhimento do FGTS e a declaração do valor devido conforme SEFIP.
9. Relação dos funcionários na GEFIP/SEFIP (lista GEFIP/SEFIP completa indicando o protocolo de Conectividade do INSS);
10. Informação do tomador da obra na lista GEFIP/SEFIP;
11. Folha de pagamento de pessoal;
12. Contracheques assinados ou comprovantes bancários de pagamento de pessoal;
13. Resumo da folha de frequência de pessoal em papel timbrado e CNPJ da empresa.

Para fins de emissão de Carta de Solicitação de Pagamento e Nota Fiscal informa-se que deve ser emitida em nome da Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP, CNPJ sob o nº 03.650.060/0001-48, com o seguinte endereço: Av. dos Portugueses, s/n, Cep: 65085-370, Porto do Itaqui em São Luís - MA.

O pagamento das medições dos serviços estará condicionado além das observações anteriores, à análise e aprovação da Fiscalização dos serviços realizados pela Contratada.

# PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO E/OU SUBCONTRATAÇÃO

**I - PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO**

É permitida a participação de empresas sob a forma de consórcio, atendidas as condições estabelecidas neste Edital e legislação aplicável.

As empresas que participarem sob o regime de consórcio deverão apresentar, além dos demais documentos exigidos neste Edital, Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio, subscrito pelos consorciados, do qual deverão constar as seguintes cláusulas:

* Indicação da empresa líder e do representante legal do consórcio, além da proporção, em percentual, da participação de cada consorciada;
* Compromisso expresso de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio perante a EMAP, pelas obrigações e atos do consórcio, tanto durante as fases da licitação quanto na execução do contrato;
* Prazo de duração do consórcio que deve, no mínimo, coincidir com a data da vigência dos serviços, objeto desta licitação;
* Compromisso de que não será alterada a constituição ou composição do consórcio, salvo quanto à sua liderança, restrita às empresas que o compõem. Em qualquer caso, a alteração deverá ser submetida à anuência e aprovação prévia da EMAP, visando manter válidas as premissas que asseguraram a habilitação do consórcio original;
* Compromisso de que o Consórcio não se constitui nem se constituirá em pessoa jurídica diversa da dos seus integrantes e de que o consórcio não adotará denominação própria.
* Obrigação do consórcio de apresentar, antes da assinatura do contrato, o Termo de Constituição do Consórcio, devidamente registrado na Junta Comercial da sua jurisdição.
* Obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras.

No caso de consórcio, cada consorciado deverá apresentar os documentos exigidos no item 16 deste Termo de Referência, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado.

No caso de consórcio, cada consorciado deverá apresentar os documentos exigidos no item 23 deste Termo de Referência para fins de pagamento, além da documentação do consórcio.

O Consórcio deve conferir à líder amplos poderes para representar as Consorciadas no procedimento licitatório e no Contrato, ficando a responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em Consórcio, tanto na fase de licitação quanto na execução do ajuste.

Fica impedida a participação de empresa consorciada, nesta licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente.

Para fins de justificativa com relação a permissão de consórcio para o Objeto desta contratação, esclarece-se que dessa forma a Administração busca garantir uma maior competitividade ao certame, uma vez que são raras empresas que possuem a capacidade técnica de atender ao Objeto em sua totalidade, pois se constitui de um conjunto de serviços distintos de engenharia e tecnologia da informação (projetos de engenharia, execução de obras e sistema de *software* integrador), normalmente prestados por empresas especializadas em cada serviço. Dessa forma, afasta-se o risco a baixa competitividade ao mesmo tempo que garante a capacidade técnica de cada empresa consorciada, de acordo com seu campo de atuação, desde que atendidos os requisitos técnicos dispostos neste Termo de Referência.

Ainda com a formação do consórcio a gestão dos serviços tanto para a empresa líder, quanto para a fiscalização torna-se mais econômica e eficiente, uma vez que será gerado apenas um contrato. Nesse sentido, o consórcio facilita também o regime de execução, para fins de cumprimento das entregas esperadas e dos pagamentos correspondentes.

Por fim, a permissão de consórcio exime a EMAP de pagar bitributação, ou qualquer tipo de taxa duplicada que pode ser cobrada por diferentes entes da Administração Pública.

**II - SUBCONTRATAÇÃO**

Em conformidade com o inciso II, do Art. 78, da lei 13.303/2016, a Contratada, na execução do Contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes do Objeto deste Termo de Referência até o limite de 30% (trinta por cento) do total licitado.

Caso a Contratada opte pela subcontratação facultada no item acima, esta deverá, obrigatoriamente, destinar no mínimo 5% (cinco por cento) do total licitado para Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou Microempresa (ME), em atendimento aos Art. 47 e Art. 48 da Lei Complementar 123/2006.

A Contratada deve formalizar junto a Fiscalização da EMAP a intenção de subcontratação do serviço, apresentando todas as Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista da subcontratada, além de Atestado de Capacidade Técnica no qual comprove que a mesma tenha executado serviços similares ao que se objetiva subcontratar.

A subcontratação somente será autorizada após prévia aprovação da Fiscalização/EMAP.

A Contratada permanecerá diretamente responsável pela entrega do objeto especificado neste Termo de Referência, nos limites estabelecidos no ordenamento jurídico nacional, assegurando-se a ela o respectivo direito de regresso.

Havendo subcontratação, a Contratada realizará a supervisão e coordenação das atividades da Subcontratada, bem como responderá perante a EMAP pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

A Contratada se responsabiliza pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação.

A Contratada será responsável solidariamente por todas as pendências de liquidação de qualquer obrigação financeira que for atribuída à Subcontratada em virtude da penalidade, ou inadimplência contratual, ou de atraso de pagamento dos encargos sociais (INSS e FGTS) e demais obrigações trabalhistas, sob pena de rescisão do Contrato entre a Contratada e a EMAP, sem prejuízo da aplicação das penalidades nele previstas e demais cominações legais.

O descumprimento reiterado das disposições destas obrigações por parte da Subcontratada e a manutenção da mesma em situação irregular perante suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicará rescisão do Contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades nele previstas e demais cominações legais.

Todos os pormenores e prerrogativas integrantes deste Termo de Referência que englobam as orientações sobre direito e deveres da Contratada deverão também estender-se à Subcontratada. Assim, é obrigação da Contratada que oriente a Subcontratada e faça cumprir as obrigações, procedimentos e regulamentos aqui estabelecidos, sob pena de rescisão e responsabilização solidária.

# REAJUSTAMENTO

* 1. Considerando o prazo de vigência do contrato, 22 (vinte e dois) meses, os preços contratuais somente poderão ser reajustados mediante expressa e fundamentada manifestação da Contratada, nos termos e condições estabelecidos no Contrato e no Edital de Licitação que o gerou. Caso superado prazo de 1 (um) ano, contado a partir da data de apresentação da proposta, os reajustes subsequentes com a mesma periodicidade (anual), garantirá a atualidade dos preços praticados, evitando defasagens que possam ocasionar o rompimento da equação econômico-financeira, originalmente estabelecida.
  2. Os reajustes serão realizados com base no “Índice Nacional de Preços da Construção Civil - INCC”, conforme disposto na INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 01 - DG/DNIT ou por outro índice que vier a substituí-lo, com base no valor do índice do 1º mês de cada período subsequente de 12 (doze) meses, independentemente da variação para maior ou para menor.
  3. O valor da parcela de reajustamento deverá ser calculado conforme regra definida a seguir:

Em que:

*R* = valor do reajustamento procurado;

*V* = valor contratual a ser reajustado;

*Ii* = índice correspondente ao mês do reajuste; e

*I0* = índice inicial correspondente a data de apresentação da proposta.

* 1. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação em vigor.
  2. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.
  3. Os reajustamentos seguintes somente serão concedidos obedecida a periodicidade sucessiva de 12 (doze) meses.
  4. Não haverá direito a reajustamento a Contratada que motivar atraso no serviço, seja por imperícia, e/ou improdutividade e/ou negligência, ainda que atinja o prazo de 12 meses estabelecidos.

# ANEXOS

Anexo I – *Check List* de Segurança e Meio Ambiente / GETIN;

Anexo II – Anteprojeto e Anexos;

Anexo III – Cronograma Físico Preliminar;

Anexo IV – Matriz de Risco;

Anexo V – Planilha de Avaliação de Fornecedor;

Anexo VI – Planilhas Modelos:

* Planilha Modelo da Proposta Orçamentária;
* Planilha Modelo de BDI;
* Planilha Modelo de Encargos Sociais;
* Planilha Modelo de Cronograma;

Anexo VII – Critério de Medição.

Anexo VIII – ART e RRT